

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC n.º 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, n.º 9 1249-087 Lisboa

Editorial

É a Hora!

Luís Filipe Menezes demitiu-se de Presidente do PSD e anunciou a convocação de eleições directas para o próximo dia 24 de Maio.

Fez bem.

Foi corajoso, lúcido e sério.

Não era mais humanamente possível gerir com eficácia o combate político com um guerrilha permanente no interior do partido. Urdida pelas questões mais comezinhas e insignificantes com o único desiderato de apelar o líder. Desde o início. Até com apelos à bomba.

Chegou o momento dos putativos líderes se assumirem. Com ideias alternativas. Com projectos programáticos estruturados. Com equipas renovadas. Com estratégias ganhadoras para a afirmação do partido interna e externamente.

Como alguém escreveu um dia, sem ademanos, nem ditirambos, nem genuflexões.

É a hora ! - *Jorge Neto*

Direcção do PSD

Demissão do líder Luís Filipe Menezes Eleições directas a marcar em Conselho Nacional



Direcção do PSD

Demissão do líder Luís Filipe Menezes Eleições directas a marcar em Conselho Nacional

Na semana passada, o Presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, eleito em “directas” há seis meses, anunciou a sua intenção de se demitir e de procurar que as próximas eleições ocorram com a maior brevidade possível, até ao fim de mês de Maio.

Em várias entrevistas para que foi solicitado e num discurso que proferiu num grande jantar partidário em Sintra, Menezes explicou em profundidade os motivos da sua decisão, que são, pela sua grande difusão na comunicação social, suficientemente conhecidos dos militantes e do público em geral.

No momento em que fechamos o jornal perfilam-se já várias candidaturas à chefia do nosso Partido.

O “Povo Livre”, órgão oficial do PSD, tem o dever de se manter estritamente neutral neste momento que atravessamos; e assim o fará, até por directiva expressa do seu Director. - **Povo Livre**

Actividades do PSD

O governo deve abolir o imposto de selo nas operações bancárias das empresas, pede o presidente da Distrital do Porto

O presidente da distrital do PSD/Porto, Marco António Costa, defendeu hoje que o governo deve abolir o imposto de selo nas operações bancárias das empresas, considerando que essa medida pode aumentar a sua competitividade no mercado espanhol.

“Seria um grande contributo que o governo poderia dar para melhorar a situação competitiva das empresas”, defendeu Marco António Costa, em declarações aos jornalistas no final de uma reunião com a direcção da Associação Empresarial de Portugal (AEP).

Segundo o dirigente social-democrata, a principal questão levantada pelos dirigentes empresariais nesta reunião esteve relacionada com “a dificuldade que sentem as empresas portuguesas para entrar no mercado espanhol”, recordando a necessidade de uma “harmonização fiscal a nível ibérico”.

Nas declarações que prestou aos jornalistas, Marco António Costa salientou a “enorme convergência de pontos de vista sobre a situação social” no distrito entre o PSD/Porto e a AEP, revelando que esta associação empresarial vai participar num fórum que os social-democratas vão promover para “ouvir todas as entidades representativas da região”.

Nesta reunião com a administração da AEP, que serviu para “analisar várias questões relevantes para a região”, participaram vários deputados do PSD eleitos pelo círculo do Porto, entre os quais Agostinho Branquinho, Pedro Duarte, Jorge Costa e Miguel Santos.

A mudança das instalações da EXPONOR para Santa Maria da Feira foi uma das questões analisadas, tendo o presidente do PSD/Porto criticado a Câmara de Matosinhos, liderada pelo socialista Guilherme Pinto, por não estar a ajudar na procura de uma solução.

Na reunião, em que a AEP esteve representada pelos vice-presidentes Paulo Nunes de Almeida e Francisco Santos, foi também abordada a questão da gestão do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, tendo Marco António Costa considerado “muito importante” que a AEP acompanhe este processo.

O líder do PSD/Porto aproveitou para criticar de forma violenta a administração da TAP pelo que considerou ser um “caos organizativo”



nas viagens entre as duas maiores cidades portuguesas.

“É uma vergonha o que se passa com a TAP nas ligações aéreas entre Porto e Lisboa”, denunciou o responsável, acrescentando que “isto só acontece porque os administradores da TAP não devem viajar entre as duas cidades”.

Para Marco António Costa, viajar de avião entre Porto e Lisboa é “uma verdadeira tortura, um inferno”. – **Fonte: Lusa**

Em conferência de imprensa, Miguel Frasquilho pergunta ao Governo pelo cumprimento de mais promessas...



O PSD perguntou na semana passada ao Governo como vai cumprir a promessa de manter o poder de compra dos funcionários públicos, reformados e pensionistas este ano, com uma inflação homóloga de 3,1 por cento em Março.

Em conferência de imprensa, na sede do PSD, o deputado social-democrata Miguel Frasquilho questionou se “pretende o Governo deixar cair outra promessa, como já fez em tantas situações no passado”, destacando os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

“Em Março a inflação homóloga atingiu 3,1 por cento - o valor mais elevado dos últimos 21 meses.

Também em Março os preços subiram 1,5 por cento face a Fevereiro - a taxa mais alta em 16 anos”, referiu o deputado do PSD.

Miguel Frasquilho acrescentou que “está bem fresca na memória de todos os portugueses a promessa do primeiro-ministro de que em 2008 os funcionários públicos, os pensionistas, a população em geral não perderia poder de compra porque teriam aumentos salariais de 2,1 por cento”.

“Isto aconteceria com uma inflação de 2,1 por cento em 2008, só que essa previsão passou a ser uma autêntica miragem. Portanto o que questionamos é como vai o primeiro-ministro cumprir a sua promessa”, concluiu.

“As promessas têm de ser cumpridas”, defendeu.

Miguel Frasquilho escusou-se a

apontar uma proposta do PSD para evitar a perda do poder de compra este ano, considerando que “o Governo é que tem de responder”.

“Como vai o Governo fazer para que os funcionários públicos, os reformados e os pensionistas, sobretudo os mais pobres, não percam poder de compra em 2008?”, perguntou.

De acordo com o deputado do PSD, “a inflação está um por cento acima do previsto pelo Governo e mesmo se todos os preços fossem congelados até Dezembro a inflação seria superior a 2,1 por cento”.

“O Governo continua a insistir numa inflação de 2,1 por cento para 2008 e 2009”, e além disso “continua a prever um crescimento económico de 2,2 por cento em 2008 e, pasme-se, de 2,8 por cento em 2009”, criticou.

Segundo Miguel Frasquilho, o executivo socialista comporta-se “como uma avestruz, enterra a cabeça na areia” e “mostra não ter uma estratégia nem uma linha de actuação para fazer face a esta situação”.

Questionado sobre a política económica defendida pelo PSD, Frasquilho declarou que é “uma política calendarizada, estruturada, de modo a permitir um desempenho da economia superior ao que tem sido”, com a qual “os efeitos da inflação certamente seriam atenuados”.

O traço central dessa política, adiantou, é “a política fiscal”. – **Fontes: Lusa, RTP 1**

Guilherme Silva denuncia os motivos da polémica levantada a respeito da não efectivação de sessão solene na ALRM, na visita do Presidente da República

O deputado do PSD na Assembleia da República, Guilherme Silva afirmou hoje que a polémica em torno das declarações do presidente do governo madeirense, há alguns dias, tinha por objectivo “desmerecer” a visita que o Presidente da República fez à Madeira.

A controvérsia surgiu pelo facto do programa da visita do chefe de Estado à Madeira não incluir uma sessão solene no parlamento madeirense, tendo o presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim,



considerado que “daria uma má imagem da região”, pois os deputados da oposição eram “um bando de loucos”.

Guilherme Silva, que marcou presença na sessão solene dos 500 anos do Funchal, desvalorizou a situação, apontando que o facto de o primeiro acto público de Cavaco Silva ser um discurso na Assembleia Legislativa regional “revela a sua atenção e consideração pelo parlamento regional e vice-versa”.

“É tão simples quanto isto, porque é que se vai fazer disto um problema? Eu até sei porquê. Quiseram desmerecer esta visita, então arranjou-se este fait-divers”, opinou.

Guilherme Silva admite que “Alberto João Jardim porventura até ajudou”, mas sustentou que “basta analisar as palavras do dr. Alberto João Jardim para ver que ele fez um comentário em tom irónico”.

“Quando diz que seria mau para turismo e ambiente essa sessão, é obvio que está a dizer com ironia. Portanto é com ironia que tem de ser avaliado e não como uma declaração séria de comentário contra a assembleia ou deputados”, argumenta.

Acrescenta que “é preciso perceber que há uma grande críspação na vida política madeirense e que o líder do maior partido da oposição foi condenado por um tribunal de Lisboa por insultos gravíssimos ao presidente do Governo Regional. Tudo isto tem os seus antecedentes”.

Também o presidente da Câmara Municipal do Funchal, Miguel Albuquerque salienta que “sempre que há visitas de presidentes da república à Madeira surgem polémicas”.

“Agora há polémicas reais e polémicas empoladas; acho que se a assembleia deliberou que não havia sessão solene, é uma questão que diz directamente respeito ao parlamento, que é um órgão autónomo da Região”, realça.

Para Miguel Albuquerque “essas polémicas são recorrentes, sempre que se trata da Madeira há determinadas questões que são sempre empoladas e não têm significado nenhum”.

“Qualquer declaração que se faz armam sempre umas cenas, não tem nenhum sentido, não tem nenhum problema, há uma diferença entre o que é a opinião publicável e a visão real que o país tem da Madeira”, adianta.

O presidente do município funchalense acrescenta que toda esta polémica “não tem qualquer sentido, até porque o Presidente da República vai receber as forças políticas da oposição que solicitaram audiência” na quarta-feira.

Miguel Albuquerque considerou ainda que a presença de Cavaco Silva nas comemorações dos 500 anos do Funchal “é um momento muito importante, o mais alto e um gesto significante”.

Sobre o apelo no discurso do Presidente da República relativo à conservação do património, o autarca frisou ser “correcto e importante, porque temos de ter respeito pelas gerações vindouras”, garantindo ser o que o município “tem procurado fazer”.

- Fonte: Lusa

Deputados pelo Distrito de Santarém questionam o Governo sobre questões de Educação, Trabalho e Finanças

Os deputados do PSD pelo Distrito de Santarém apresentaram requerimentos ao Governo sobre assuntos ligados ao seu distrito, com perguntas que têm sido repetidas e que, com quebra de todas as regras de conjvivência entre Parlamento e Executivo, têm ficado sem resposta. Seguem-se os textos:

Assunto: Ausência de resposta à correspondência enviada por cinco (5) vezes pela União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social à Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo.

Os Deputados signatários do Grupo Parlamentar do PSD têm acompanhado com preocupação a disponibilização de ofertas às crianças e às famílias, nomeadamente no que respecta à educação pré-escolar.

O esforço de alargamento da cobertura da rede pública e solidária de

educação pré-escolar é uma premissa essencial no desenvolvimento sustentado do potencial humano do nosso país. O anúncio desse esforço, por parte do Governo, tem sido uma constante no discurso oficial, nomeadamente através do próprio Primeiro-Ministro.

Contudo, no terreno, as instituições que desde há muito tempo contribuem decisivamente para a democratização da frequência pré-escolar pelas crianças, têm vindo a deparar-se com muitas dificuldades em obter autorização para alargamento de protocolos de cooperação com o Estado, na valência pré-escolar.

Com efeito, numa recente reunião com a União Distrital das IPSS de Santarém e feita a análise de alguma correspondência trocada entre esta União Distrital e a Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT), denota-se uma completa e injustificável desarticulação entre o Ministério do Trabalho e a Solidariedade Social e o Ministério da Educação.

A ausência de resposta, por parte do Ministério da Educação (ME), através da DRELVT, às diversas solicitações feitas pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do distrito de Santarém é absolutamente censurável, sobretudo se tivermos em conta que só a União Distrital das IPSS de Santarém aguardou, durante sete (7) meses, por uma resposta à primeira de cinco missivas dirigidas à DRELVT e que visavam o alargamento de protocolos de cooperação com uma das suas IPSS associadas: o “Abrigo do Menino Jesus”, em Torres Novas.

Acresce que a resposta – que supostamente seria assinada pelo Director Geral de Educação de Lisboa e Vale do Tejo – é assinada pela chefe da Equipa Multidisciplinar Para a Promoção da Autonomia e Apoio à Gestão (EMPAAG) da DRELVT, e gerou perplexidade a todos quantos

Santarém”.

Ou seja, insolitamente a EMPAAG da DRELVT estava a solicitar à União Distrital das IPSS de Santarém o envio da cópia de um Acordo de Cooperação, com carácter nacional, celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e os Presidentes das Uniões das IPSS, Misericórdia e Mutualidades, em 7 de Maio de 1998.

O kafkiano procedimento de solicitar a um terceiro – uma vez que a União Distrital das IPSS de Santarém apenas veio dar voz a pedidos pendentes de instituições suas associadas – um protocolo assinado entre o próprio Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), remete aquela Associação de IPSS à função de arquivista do próprio Ministério da Educação.

Este Ministério da Educação vê-se na indigência de pedir fotocópias dos protocolos que assinou com as Instituições, como que se o mesmo tivesse desaparecido placidamente na máquina burocrática do seu edifício na Avenida 5 de Outubro.

O absurdo terminaria aqui não fosse o caso ter um pouco de mais complexidade... De facto, o caos na coordenação e na interpretação legislativa entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social induz a outros estranhos procedimentos.

Na situação concreta que os Deputados signatários conhecem, a IPSS “Abrigo do Menino Jesus” de Torres Novas, através da União Distrital das IPSS de Santarém solicitou – há quase um (1) ano – autorização para alargamento de protocolos de cooperação com o Estado, na valência pré-escolar. Ao responder a DRELVT remete as IPSS, em comunicações individuais, para legislação à qual as IPSS, por estarem na esfera do MTSS, entendem não lhes ser aplicável, como é o caso do



dela tomaram conhecimento ao solicitar que “seja enviada cópia do Acordo de Cooperação celebrado entre os Ministérios da Educação, da Solidariedade e Segurança Social e a União Distrital das IPSS de

Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro (Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo).

Ao mesmo tempo que o Ministério da Educação não responde às solicitações ou dá respostas difusas e



sem sentido, teima em não visitar as instituições que requerem o alargamento dos referidos protocolos de cooperação para o pré-escolar, de modo a avaliar os projectos das IPSS. Em muitos casos, o agendamento das visitas técnicas demora cerca de um (1) ano, com evidentes prejuízos para instituições, famílias e crianças.

Assim, ao abrigo da alínea e) do artigo 156.º da Constituição da

República Portuguesa e da alínea d) do n.º1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos que, através de Vossa Excelência, a Senhora Ministra da Educação responda às seguintes questões:

1. Pretende apurar o motivo da demora na resposta aos ofícios da União Distrital das IPSS de Santarém?
2. Pretende tomar medidas para

que os serviços passem a dar respostas em tempo útil? O que pretende fazer para que os serviços passem a visitar as instituições e avaliar os processos em tempo útil?

3. Que balanço faz da cooperação entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e o Ministério da Educação em matéria de educação pré-escolar, face ao exposto?

4. Pretende tomar medidas para que o Director Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo assumira a gestão deste sensível processo ou entende que a Equipa Multidisciplinar Para a Promoção da Autonomia e Apoio à Gestão (EMPAAG) da DRELVT está a exercer as suas funções de forma eficiente? - **Deputados do PSD pelo Distrito de Santarém**

Ao Ministro de Estado e das Finanças

Cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) no concelho do Cartaxo.

Tem vindo a ser noticiado na comunicação social que os municípios do concelho do Cartaxo estão a ser surpreendidos com uma brusca majoração de 15% sobre o valor dos prédios, constante nas notificações da Direcção-Geral de Finanças (DGF), para efeitos do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

Face a esta anómala situação o presidente da Câmara Municipal do Cartaxo, diz que o envio generalizado de notificações com uma majoração de 15% do IMI se trata de um “erro crasso” das Finanças.

De acordo com a Agência Lusa, em 1 de Abril, “a Câmara do Cartaxo informou hoje a população do concelho que a Direcção-Geral dos Impostos se comprometeu a corrigir o erro que levou à emissão de documentos para pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis com majoração indevida de 15%”.

De facto, nesse mesmo dia, em comunicado à população, assinado pelo presidente da autarquia, Paulo Caldas afirmava que, detectada a incorrecção, após reclamações de diversos municípios, foi contactada a Direcção-Geral dos Impostos, através da Direcção de Serviços do IMI que se comprometeu “a corrigir o seu erro e a resolver esta situação de forma a não lesar os municípios”.

No mesmo comunicado, o Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo reafirmava que a autarquia era alheia à situação, informando que ela tinha sido “originada pelo Ministério das Finanças”.

As taxas de IMI a cobrar em 2008 no concelho do Cartaxo foram deliberadas em reunião da Câmara Municipal e sessão da Assembleia Municipal realizadas em Setembro de 2007, prevendo majorações para prédios devolutos e degradados para estimular a recuperação do parque urbanístico do concelho do Cartaxo, e uma bonificação de 30% aos imóveis que se situam na freguesia ribeirinha de Valada, como incentivo à construção na zona e à fixação de população.

Todavia, o facto de a autarquia ainda não ter actualizado o cadastro inviabilizou o envio da informação relativa a cada imóvel face às diferentes taxas aprovadas o que permitiria

Finanças a inserção das majorações e minorações aprovadas.

No dia seguinte, a 2 de Abril, novamente pela Agência Lusa, sabe-se que «O Ministério das Finanças responsabiliza a Câmara do Cartaxo pelo erro que levou à emissão de notificações para pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) agravado em 15% e garante que estão a ser feitas as “devidas correcções”».

À agência Lusa, «a assessoria de imprensa do Ministério assegura que os contribuintes serão notificados “e reembolsados das importâncias que a mais tenham pago”, esclarecendo que o pagamento será feito pelo valor correcto a quem proceda à liquidação nos Serviços de Finanças.»

Nessa mesma nota, «o Ministério das Finanças afirma que a autarquia inseriu, no final do mês de Novembro (dias 29 e 30), “indevidamente”, através das declarações electrónicas, na respectiva aplicação informática, majorações de 15% “para todos os prédios de todas as freguesias do concelho”.

“Em 04 de Dezembro – portanto já fora de prazo – por ofício dirigido aos Serviços, foi solicitada a anulação da majoração acima referida e que se procedesse à inserção da minoração de 30 por cento para todos os prédios urbanos da freguesia da Valada, para combater a desertificação”, acrescenta a nota.»

Ainda pela Lusa, «segundo o Ministério das Finanças, essas correcções não produziram efeitos na base de dados “por anomalia no processamento informático”, levando a que as liquidações do IMI para os prédios urbanos do concelho do Cartaxo se encontrem “incorrecctas”, ou seja, com uma majoração de 15 por cento. A situação acrescenta, “foi detectada quando as liquidações e emissão de notas e cobrança já estavam efectuadas”.

O Ministério esclarece que se os contribuintes procederem à liquidação no Serviço de Finanças, esta “poderá ser corrigida através do recurso a um pagamento por conta da importância efectivamente devida, ou seja, sem a majoração dos referidos 15 por cento”. Por outro lado, os serviços estão a proceder “às devidas correcções das liquidações do IMI, pelo que os contribuintes serão notificados e reembolsados das importâncias que a mais tenham pago”, adianta.

A nota esclarece que as deliberações

das Assembleias Municipais em matéria de IMI devem ser comunicadas à Direcção Geral dos Impostos, “por transmissão electrónica de dados, até 30 de Novembro para vigorarem no ano seguinte”.

“Nas situações de majorações ou minorações, designadamente para prédios arrendados ou prédios degradados, na inserção dos dados a efectuar pelo respectivo município, devem ser identificados, por artigo matricial, os prédios aos quais se aplicam essas majorações ou minorações”, afirma o Ministério das Finanças.

A nota conclui que “o erro teve por base uma incorrecta inserção efectuada pela Câmara do Cartaxo” e que, “apesar da correcção não ter sido assumida pelo sistema informático em devido tempo, está a proceder-se às devidas correcções por forma a que nem os contribuintes nem a Câmara do Cartaxo fiquem prejudicados”.

Uma versão diferente sobre o comportamento a adoptar pelos contribuintes é a do Director Distrital das Finanças de Santarém. Contactado pela Agência Lusa, «Mário Januário, explica que nem esta estrutura nem o Serviço de Finanças do Cartaxo tiveram participação no processo; a decisão de cada município é participada directamente à Direcção-Geral de Informática Tributária e à Direcção de Serviços do IMI. Contudo, receia que venha a recair sobre estes serviços o peso das milhares de reclamações, uma vez que o contribuinte notificado tem que pagar o valor total solicitado, devendo depois reclamar por ter pago o que não devia. Mário Januário disse esperar que o “bom senso” impeça que os serviços de finanças do Cartaxo e a Direcção Distrital venham a ficar “entupidos” com milhares de reclamações, que comprometerão a resposta a três meses que a estrutura distrital está a dar actualmente às reclamações graciosas”.

Alguns dias mais tarde, a comunicação social regional, dá conta do desmentido que a Câmara Municipal do Cartaxo faz relativamente à argumentação do Ministério das Finanças, disponibilizando uma cópia do ofício enviado por fax a 30 de Novembro de 2007 (pelas 13h07m) – ainda dentro do prazo – para a Direcção do IMI onde pede a anulação de quase todas as majorações e minorações anteriormente enviadas, com excepção da minoração de 30% para Valada.

Assim, ao abrigo da alínea e) do

artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea d) do n.º1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos que, através de Vossa Excelência, o **Senhor Ministro de Estado e das Finanças** forneça os documentos e responda às seguintes questões, com carácter urgente:

1. Sendo públicas as acusações trocadas pela Câmara Municipal do Cartaxo e pelo Ministério das Finanças sobre a exactidão dos factos ocorridos, requeremos fotocópia de toda a correspondência relativa a este processo, designadamente aquela que reporta aos pedidos de correcção sobre as percentagens do IMI a vigorar, em 2008, no concelho do Cartaxo.

2. Sabendo-se que a **Câmara Municipal do Cartaxo tinha de inserir, até ao final do mês de Novembro de 2007 – por transmissão electrónica de dados através da respectiva aplicação informática do Ministério das Finanças – os valores do IMI para vigorarem em 2008 e que esse imposto é enviado aos contribuintes locais em finais de Março para ser liquidado durante o mês de Abril, como é possível que este problema não tenha sido resolvido atempadamente, com o envolvimento do Município e do Ministério, dispensando os contribuintes desta triste e lamentável situação?**

3. Qual é – definitivamente – o procedimento legal e correcto que os contribuintes do concelho do Cartaxo devem adoptar caso ainda não tenham liquidado o IMI que está para cobrança até ao final do mês de Abril?

4. Qual vai ser a solução – rápida e expedita – que o Ministério das Finanças vai adoptar para devolver aos contribuintes do concelho do Cartaxo os montantes de imposto cobrados em excesso e indevidamente?

5. Como vai o Ministério das Finanças responder ao problema que particularmente afecta os contribuintes da freguesia de Valada que deviam beneficiar de uma bonificação de 30% e afinal são penalizados com uma majoração de 15%?

Como vai o Ministério das Finanças, também na freguesia de Valada, tratar e separar a situação das cobranças do IMI já efectuadas daquelas outras que ainda estão por liquidar até final de Abril de 2008? - **Os Deputados do PSD**



Intervenção no debate sobre a política de ambiente e ordenamento do território

Deputado Eduardo Martins Martins
Assembleia da República, 17 de Abril de 2008



...o Sr. Ministro terminou esta sua última intervenção na *mouche*, reconhecendo que quem resolveu o seu problema, que ele diz ter resolvido, foram os que o antecederam no seu cargo. Fez bem, porque, de facto, a única coisa que hoje trouxe a esta Câmara foi um relatório do conjunto de publicações que fez, ao fim de três anos.

Mas o País não esperava literatura, Sr. Ministro, esperava acção.

O País esperava acção no sector das águas. O País esperava que, perante a necessidade de recuperar um atraso no saneamento em relação aos objectivos definidos — mais de 20%

da população servida —, o Sr. Ministro tivesse criado um novo sistema multimunicipal ou que tivesse permitido a candidatura aos fundos estruturais por parte de algum sistema intermunicipal.

A verdade é que o senhor é Ministro há três anos e não há um litro mais de esgoto que tenha passado a ser tratado por via da sua acção.

A empresa Águas de Portugal está completamente parada. O que o senhor diz ser a orientação do PEASAAR, que está em discussão pública desde o segundo mês do seu Governo, traduziu-se, até hoje, em zero de realização!

Não há um único novo sistema multimunicipal, não foi feita a verticalização de nenhum sistema, não avançou nenhuma obra, não avançou nenhuma ETAR. Nada, rigorosamente nada aconteceu!

A única coisa que aconteceu no sector da água foi um plano que, deliberadamente, foi atrasado porque os recursos para o executar também foram atrasados, para que o Primeiro-Ministro pudesse vir aqui gabar-se de um défice que, afinal, é completamente artificial, porque resulta, única e simplesmente, da incapacidade de investir naquilo de que o País precisa.

Três anos depois, o sector das águas está completamente parado. A única coisa que verdadeiramente aconteceu foi a venda de uma empresa sobre a qual o senhor, pomposamente, declarou, em 2006, que nunca seria vendida.

Podemos passar aos resíduos.

Já esclarecemos a matéria relativa aos resíduos industriais perigosos. O Sr. Ministro já nos fez a justiça de dizer que quem lhe resolveu o problema não foi o senhor. De facto, não foi! De facto, a co-incineração que o senhor tem repetido não serve nem para 10% dos problemas. De facto, desde os obstáculos criados aos CIRVER, desde o atraso na declaração pública de desafecção — aí, sim, o Governo agiu tardiamente! —, para além disso, não aconteceu nada! Não foi estimulada uma única solução nova para os aterros de resíduos industriais perigosos.

No tratamento dos resíduos sólidos urbanos, não há um único sistema novo cujas obras tenham começado.

Os aterros transformam-se em pirâmides e o verdadeiro problema dos resíduos, que é a sustentabilidade económico-financeira dos sistemas, precisava de uma resposta, precisava da resposta de um sistema tarifário coerente.

Há um ano e meio, o Sr. Ministro veio a esta Câmara e disse que «nós temos duas soluções no PERSU. Temos a primeira solução, que podia ser um pagamento universal por via da tarifa eléctrica, e uma segunda...» — muito bonita! — «... chamada *pay-as-you-throw* (PAYT) que vamos implementar, para dar alguma relação de conteúdo ao conceito de poluidor-pagador».

Ora, Sr. Ministro, passou um ano e meio e explique-me lá em que sítio é que o sistema *pay-as-you-throw* começou a funcionar?

Qual é o sistema, neste país, que tem uma tarifa nova que lhe garanta a sustentabilidade de podermos replicar os investimentos que fizemos no passado para que, no futuro, não fiquemos com pirâmides, em vez de aterros, e com graves problemas de saúde pública como o que está a acontecer em Nápoles e que foi o tema central da campanha eleitoral italiana?

Por via da sua acção, aconteceu «zero»! Não há um único novo sistema! Nada de novo aconteceu a não ser, como diz, e bem, a legítima mudança das

administrações das empresas que, neste caso, o senhor próprio tinha nomeado.

O Sr. Ministro disse hoje, neste Parlamento, que, em matéria de alterações climáticas, reduziu de 7 milhões de toneladas para 3 milhões de toneladas a nossa necessidade de redução de emissões. O Sr. Ministro nem sequer lê os documentos que faz publicar! Como não sabe, vou dizer o que o senhor fez publicar no *Diário da República*. O que o senhor fez publicar no *Diário da República*, de resto, com a extraordinária explicação de que tinha revisto o Programa Nacional para as Alterações Climáticas porque «as previsões foram revistas em baixa, a economia decresceu de actividade e, portanto, não precisamos de tantas reduções», foi o seguinte (são números que o senhor desconhece): o nosso tecto é de 77,39 milhões de toneladas; estamos com uma previsão de emissão de 84,5 milhões de toneladas. A diferença entre os valores anuais a suprir por Portugal é de 7,11 milhões de toneladas.

Como disse o senhor que ia resolver esta questão dos 7,11 milhões de toneladas? No PNAC? No PNALE (Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO₂) que publicou? No que disse à Comissão Europeia?

É uma teoria de três terços: o primeiro, pelo que resultar da implementação do Programa Nacional para as Alterações Climáticas; o segundo, pelas reduções operadas pelos sumidouros, faculdade que só Portugal e a Dinamarca usaram ao abrigo do artigo 4.º, n.º 3, do Protocolo de Quioto; e o terceiro pelas compras do Fundo de Carbono.

O senhor é Ministro há três anos — embora se dê pouco por isso! — e o que diz a Comissão Europeia? Sobre o PNAC, diz que não acredita nos seus objectivos.

O Sr. Secretário de Estado diz que prevê que daqui a um ano meio estejam a funcionar 10% de biocombustíveis. Estamos a um ano e meio de isso acontecer e nem 3% temos!

O Sr. Ministro diz que a capacidade de sumidouro da floresta vai absorver 3,4 milhões de toneladas. Nem a União Europeia nem ninguém acredita nisto nem o senhor fez a mais pequena demonstração de evidência de ser capaz de o conseguir!

O Sr. Ministro diz que criou o Fundo Português de Carbono. Importa-se de me dizer quantos certificados, quantas toneladas de emissões para o cumprimento de Quioto (e já estamos no primeiro ano) tem na conta do seu Fundo de Carbono. Não tem nenhuma, Sr. Ministro!

No fundo, o que a sua intervenção confirmou hoje é que o governo anterior pode ter tido quatro ministros do ambiente, mas o actual não tem nenhum!

E não é só esta Câmara que o diz, são as pessoas mais insuspeitas de alinharem com as posições da oposição ou, pelo menos, com as do PSD.

É a Sr.ª Helena Matos, que, quando o senhor disse que o pior problema era o ordenamento do território, disse ao *Público*: «(...) o nosso problema mais grave não é o ordenamento do território mas sim a nossa tolerância perante a mediocridade, da qual Nunes Correia é um dos maiores beneficiários. Aliás se esse não fosse o nosso problema mais sério há muito que Nunes Correia não seria ministro. (...) é desconcertante (...) que Correia de Campos tenha saído do Governo e essa nulidade ambulante que dá pelo nome de Nunes Correia por lá se mantenha.»

Devo dizer que não subscrevemos esta declaração, até porque ela inculca um conceito de movimento que, de todo em todo, não o associamos a si!...

Mas Miguel Sousa Tavares, também insuspeito de alinhar com as teses do PSD nesta matéria, diz: «Nunes Correia é a chave do desenvolvimento económico do país. Há quem tenha pensado que Sócrates se esqueceu de o remodelar (...) Nada mais errado: Sócrates não só não se esqueceu como ainda tem em alto apreço a compreensão que o seu ministro do Ambiente e do Território tem relevado, sem desfalecimentos, para com a necessidade de crescimento da economia (...). Mas a construção e o turismo, acredita o primeiro-ministro...» — este que foi ministro do Ambiente e que é o verdadeiro responsável por o Sr. Ministro continuar com a pasta do ambiente!... — «... são as únicas coisas que garantem resultados a curto prazo — mesmo que a longo prazo coloquem problemas graves de sustentabilidade ao País. Mas, a longo prazo, estamos todos mortos...».

Deve ser por a longo prazo estarmos todos mortos, Sr. Ministro, que a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, que o senhor encontrou pronta, não orientou qualquer documento estratégico deste Governo, nem o Quadro de Referência Estratégico Nacional, nem o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, nem nada, porque, fazendo valer a boa política de «arrombar a porta aberta», foi, pura e simplesmente, metida na gaveta!

São três anos perdidos na política de ambiente e ordenamento do território e, em boa verdade, não é a si que devemos imputar a responsabilidade, é ao Sr. Primeiro-Ministro! Mas tenho a certeza de que agora, no encerramento, o Sr. Ministro Augusto Santos Silva se encarregará de explicar como o País, afinal, é cor-de-rosa e todos nós é que somos uns ingratos!



Intervenção sobre o associativismo municipal e às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto

Deputado Miguel Almeida
Assembleia da República, 18 de Abril de 2008

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

As propostas de lei que o Governo submete hoje a este Parlamento visam a revogação das Leis 10 e 11 de 2003.

Com efeito, em Março de 2003, este Parlamento aprovou duas iniciativas legislativas com vista à descentralização da Administração do Estado, no sentido do reforço da Administração Autárquica, que contou, à época, com o apoio nas suas linhas gerais da ANMP e da ANAFRE.

Pretendia-se criar novos mecanismos de descentralização a partir de figurinos urbanos emergentes. Por outro lado, tais iniciativas visaram um reforço do poder associativo municipal, tendo em conta as especificidades e as necessidades de cada zona do território nacional.

As leis 10 e 11 foram aprovadas há 5 anos, repito 5 anos. A Reforma Administrativa do Estado é demasiado séria para procedermos a experiências de 5 em 5 anos, principalmente quando o que se propõe não apresenta nenhum acto de inovação e modernidade. Ou melhor, a única novidade é a desvalorização da autonomia das autarquias.

Começemos então pela PPL 182/X, que vem revogar a lei 11/2003.

Permitam-me, Senhor Presidente e Senhores Deputados que recue no tempo para o debate de 29 de Janeiro de 2003, sobre as Comunidades Intermunicipais. O Partido Socialista pela voz do Sr. Deputado José Miguel Medeiros, que era aliás relator dos dois diplomas apresentados, à época -um do Governo do PSD/PP e outro do PS - anunciava que “ De facto há muitas semelhanças entre estes dois diplomas”, afirmando de seguida que “havia entre eles, apenas uma ou duas diferenças relevantes”.

Pois bem, vamos às diferenças:

1- O projecto do Governo integrava no mesmo diploma as duas figuras de associativismo municipal, nomeadamente, as comunidades intermunicipais de fins gerais e as associações de municípios de fins específicos. Enquanto que o PS previa por um lado a criação das comunidades intermunicipais de fins gerais e, por outro, mantinha a lei 172/99, que regulamentava as associações de municípios. **Esta diferença hoje não se verifica porquanto a proposta do actual Governo é igual à que consta da lei 11/2003.**

2- Dizia o Senhor Deputado José Augusto Carvalho em 2003 “não

podemos acompanhar a proposta de lei do Governo em soluções tão insólitas como a da cobrança da sisa, da contribuição autárquica ou do imposto de veículos”. **O que é que a proposta do actual Governo vem propor, no seu artigo 13º? Exactamente a cobrança de impostos.**

3- E continuava o Deputado José Augusto Carvalho, afirmando as diferenças “o nosso projecto é ainda qualitativamente distinto na área de apoio técnico aos municípios” dando nota que o projecto do PS transferia os Gabinetes de Apoio Técnico para as comunidades intermunicipais. **Onde é que está essa qualitativa diferença no Projecto agora apresentado? Não está.**

4- O inefável Dep. Pedro Silva Pereira, afirmava então que “esta iniciativa legislativa, quanto à descentralização de atribuições e competências, não prevê rigorosamente nada”. **Quais são as atribuições agora propostas? Rigorosamente as mesmas que constam na lei agora vigente.** (Nem se preocuparam em mudar a ordem).

Como ficou patente, todas as deficiências que eram apresentadas pelo Partido Socialista ao diploma que veio a ser aprovado e que se materializou na lei 11/2003, estão agora plasmadas na proposta que o Governo do mesmo Partido Socialista aqui nos apresenta.

Assim, e dando razão ao agora Secretário de Estado da Protecção Civil, José Miguel Medeiros, continua a haver muitas semelhanças entre o então proposto e a actual lei, pelo que não se deslumbra razão de mudança.

No entanto, são apenas duas as diferenças que separam estes diplomas. Por um lado, a proposta do actual Governo utiliza como configuração territorial as NUTS III, enquanto a actual lei prevê o princípio da livre associação. Por outro, enquanto a proposta agora apresentada prevê o principal financiamento através de transferências do Orçamento de Estado, a legislação vigente remete essencialmente para transferências resultantes de contratualização com a Administração Central e outras entidades públicas ou privadas.

Senhor Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;

Podemos gostar, uns mais, outros menos, da actual lei. Mas manda o sentido de Estado - e permitam-me que devolva à Bancada do PS uma citação do Sr. Deputado José Augusto Carvalho, aquando do debate da actual lei 10/2003 - que “Devem ser evitadas, a todo o custo, soluções de improviso,



como consequência da luta partidária, em que todos querem ser os primeiros a iniciar e a apresentar soluções institucionais, optando-se antes pela prudência e pela ponderação”.

É exactamente ponderação e prudência que são necessárias para poder amadurecer na avaliação que o País faz da lei em vigor e não embarcar em mais experimentalismos que só nos penalizam. As únicas diferenças que esta proposta encerra relativamente à actual lei, não é, em meu entender, motivo suficiente para colocar tudo em causa.

Ponderação e prudência, para não aceitar a justificação do Governo, que garante que estas leis, são necessárias para a gestão do QREN.

Com efeito, afirmar que “apenas as associações de municípios correspondentes a uma ou mais NUTS III serão consideradas parceiras do Governo em matéria de descentralização de competências e de participação na gestão do QREN”, constitui uma completa e brutal chantagem institucional e financeira sobre as autarquias, e acaba, por arrasar em definitivo com qualquer princípio constitucional de autonomia.

E nem se venha, a este propósito, tentar invocar falsas imposições da União Europeia ou do EUROSTAT, porque essas não correspondem à verdade, como aliás, não poderia deixar de ser, em homenagem ao próprio princípio da Subsidiariedade,

soberano no Direito Comunitário.

A proposta do PCP, por maioria de razão, faz ainda menos sentido porquanto é muito idêntica à lei vigente, (ambas prevêem livre iniciativa de associação e apenas auguram a natureza pública das associações) a única diferença substancial no entender do PCP, consiste em que as Associações de Municípios não devem prosseguir atribuições e competências que sejam dos municípios.

Senhor Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;

Passemos agora à PPL que vem revogar a lei 10/2003.

Se fizermos o mesmo exercício e recuarmos para o debate em que a lei 10/2003 foi discutida nesta casa, rapidamente constatamos que as críticas, à época, do Partido Socialista eram de duas ordens de razão.

1. Entendia o PS, que só eram aceitáveis as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, por contraponto com a proposta do PSD, que previa as GAM e as Comunidades Urbanas. Afirmava então o Deputado José Augusto Carvalho “ *As AM são espaços de singular concentração e dimensão populacional, caracterizado pela variedade de actividades e serviços*” e continuava “ *As AM são uma representação do nosso País, cuja promoção, e não banalização, é necessária a Portugal*” . Na mesma linha ouvia-se o então Deputado Ascenso Simões “ O



Intervenção no debate sobre as Alterações ao Regime Jurídico do Divórcio

Deputado Montalvão Machado
Assembleia da República, 16 de Abril de 2008

Governo, ao propor que possam ser constituídas novas GAM com 350.000 habitantes, e pelo menos, nove municípios, está a determinar que a lei abra a porta à criação de AM em espaço Rural, o que motivaria a chacota universal!

Estranho conceito este de solidariedade territorial. No entanto, nem todos os dirigentes Socialistas tinham esta posição. Havia quem afirmasse que tinha uma “posição de compreensão, até de saudação pela possibilidade de criação de outros espaços de intervenção metropolitana”. De quem são estas palavras? Exactamente, Senhor Secretário de Estado, são suas.

A razão porque mudou tem de ser o senhor a explicar. Mas, como se pode verificar a principal diferença apontada pelo PS, entre a proposta agora apresentada e a lei 11/2003, afinal também era defendida no passado pelo Senhor Secretário de Estado.

2 - A segunda crítica que era feita, traduzia-se assim pela voz do agora Secretário de Estado das Florestas, Ascenso Simões: “O diploma, não inova ao nível das novas competências, não inova ao nível da legitimação dos órgãos, não inova ao nível dos recursos necessários à sua valorização institucional”. Pois bem, cabe agora perguntar que inovação traz esta PPL? Onde é que está a eleição directa da Assembleia Metropolitana, que tanto defenderam? Que novas competências se prevêem agora e que não estejam já previstas na actual lei? Que proposta inovadora apresentem para a afectação de recursos?

Senhor Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;

Todos sabemos a resposta. Não há diferença nenhuma nesta matéria, em relação à actual lei. As atribuições e competências previstas numa e noutra são as mesmas.

Então mais uma vez pergunta-se, para quê mudar?

Senhor Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;

Como já referi, o País não precisa de mais experimentalismos. Temos ponderação e prudência, a não ser que os objectivos sejam outros, mas então que se assumam.

Senhor Secretário de Estado e Senhores Deputados do Partido socialista: a distância mais curta entre dois pontos, é sempre uma recta. Como tal, não andem à volta. Se o que pretendem é iniciar o debate da Regionalização, iniciem-no, nós pela nossa parte não fugiremos a esse debate. Mas acabem com experiências, que não correspondem a nenhum acto de inovação e modernidade.

Disse.



Sr. Presidente,
Srs. Deputados

Os temas que, hoje, debatemos na Assembleia da República são, de facto, de uma importância vital para a nossa sociedade.

O projecto de lei em análise assenta em três grandes vectores, quais sejam a eliminação da culpa como fundamento do divórcio, a assunção do conceito de «responsabilidades parentais» em substituição do actual poder paternal e a possibilidade de atribuição de créditos de compensação sempre que se verificarem assimetrias entre os cônjuges nos contributos para os encargos da vida familiar.

Neste projecto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, há pontos com os quais concordamos, há pontos em relação aos quais muitos de nós têm fundadas dúvidas e outros há dos quais discordamos frontalmente.

É claro — e nesse aspecto distanciamos-nos do CDS, pelo que acabámos de ouvir —... que concordamos com o novo regime das responsabilidades parentais, que consiste na elaboração de normas que estão, aliás, de acordo com o que já se passa actualmente na enorme maioria dos casos, isto é, que, em caso de divórcio, aquelas responsabilidades sejam exercidas em conjunto, por ambos os progenitores, em relação às questões de particular importância para a vida do filho e que, em relação às chamadas questões do quotidiano, tais responsabilidades caibam ao

progenitor à guarda de quem o menor esteja, ou com quem o menor viva.

Isto está certo.

Como está certo que o incumprimento do regime judicial fixado (não é desencadear procedimentos criminais por não exercer o direito de visitas que vai dar sanções penais!) sobre o exercício das responsabilidades parentais constitua crime de desobediência, nos termos da lei.

O Partido Social Democrata esteve e está sempre atento às questões da família como questões cruciais da nossa sociedade e, por isso mesmo, apresentámos hoje cinco projectos de lei muito concretos, quais sejam: a nova Lei de Bases da Política de Família; um diploma que alarga, no âmbito do IRS, as deduções à colecta das despesas com educação e formação; um projecto sobre os apoios à permanência e integração na família de idosos e pessoas portadoras de deficiência; um projecto que cria o «Cartão da Família»; e um diploma que considera como custos, para efeitos de IRC, remunerações e outros encargos com licenças de maternidade, paternidade e adopção.

Foi por isso que dissemos que também estamos de acordo quanto ao novo regime de responsabilidades parentais preconizado no projecto de lei em análise.

Todavia, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quanto à questão dos créditos de compensação — de que o Sr. Deputado António Filipe já falou

— que o projecto prevê para o artigo 1676.º do Código Civil, tal matéria é muito mais, muito mais do que duvidosa. É mesmo errada.

Vejamos o que nos é proposto: no momento da partilha subsequente ao divórcio, se a contribuição de um dos ex-cônjuges para os encargos da vida familiar tiver excedido a parte que lhe competia, esse ex-cônjuge como que se autotransforma em credor do outro pelo que haja contribuído além do que lhe competia.

Então, pergunto: isso não vai gerar um verdadeiro processo de prestação de contas entre marido e mulher na altura do divórcio? Isso não vai gerar uma espécie de «desconfiança» permanente em todo o casamento? Isso não vai fazer nascer uma ainda maior e mais complexa conflitualidade?

E, no momento da partilha, se a ex-mulher tiver contribuído, ao longo de anos e anos, como em tantos casos acontece, com o seu trabalho em casa, o trabalho dito doméstico, e tiver contribuído também decisivamente para a educação dos filhos — filhos dela e do ex-marido, não se esqueçam! —, como é que os tribunais vão fazer, neste competitivo deve-e-haver entre marido e mulher? Paga-se à dita ex-mulher, por exemplo, a 6 € à hora a parte do trabalho doméstico e a 25 € à hora a parte em que ela ajudou os filhos na aprendizagem da Matemática ou do Português?!

O Partido Socialista ter-se-á dado conta dos problemas que isto vai criar? Ter-se-á dado conta da insegurança jurídica que vai nascer? Ter-se-á dado conta da injustiça que vai fazer?

Esta autêntica prestação de contas no fim do casamento constitui um verdadeiro erro e até está por fundamentar, pois que no preâmbulo do projecto gasta-se cerca de meia linha a explicar, ou melhor, a não explicar o que isto é!

Passemos ao divórcio, que é, evidentemente, a questão mais controversa em debate.

Srs. Deputados, o divórcio, como já aqui foi dito, significa o fim de um projecto construído por dois e para dois, significa o fim de quase tudo, da partilha do amor, da amizade, dos planos a dois, dos anseios a dois, das expectativas a dois.

O divórcio significa, como escreveu, aliás, um dos insígnis autores citado no projecto de lei, o fim da partilha de uma vida em comum, que passa pela partilha do corpo, da casa, da família, dos filhos, do dinheiro, de tudo, afinal. E, por isso mesmo, Srs. Deputados, o divórcio é, necessária e emocionalmente, um fenómeno doloroso.

Sabemos hoje — temos uma visão,

naturalmente, moderna da sociedade em que nos inserimos — que o casamento não é um contrato perpétuo, como se dizia, de resto, no Código de Seabra. Não é um contrato perpétuo, mas seguramente que não é um contrato qualquer!

Tenho a certeza de que muitos dos portugueses que nos ouvem consideram o casamento como o contrato mais importante das suas vidas.

É por tudo isto que temos de ser muito, mas mesmo muito, cautelosos quando legislamos sobre esta matéria.

Não podemos correr — como o PS fez — atrás do «divórcio na hora, ou na meia hora» que o Bloco de Esquerda propôs há uma ou duas semanas. O Bloco de Esquerda propôs, o PS rejeita e, logo a seguir, avança com idênticos objectivos. E se o Bloco queria o «divórcio na hora, ou na meia hora», o que o PS quer é o «divórcio-fácil». O projecto de lei do PS preconiza a obtenção do «divórcio-fácil».

Evidentemente, achamos bem que se ambos contrataram e querem ambos, outra vez, o divórcio, não deva ser a lei a causar dificuldades ou perturbações à concretização desse objectivo, que é comum.

O divórcio não deve ser entendido como um acto mais ou menos sério e responsável do que o próprio casamento e, portanto, se ambos casaram, ambos se devem poder divorciar, no pleno exercício das suas vontades e no pleno exercício das suas liberdades.

É por isso que compreendemos, ao longo da história, toda a tranquila evolução legislativa acerca do divórcio por mútuo consentimento: de início, se bem estão recordados — os mais jovens não, mas nós sim —, exigia-se que o casamento tivesse durado, pelo menos, três anos, e esse requisito acabou; também de início, exigia-se que os cônjuges requerentes tivessem, pelo menos, 25 anos de idade, e esse requisito também acabou; também se previam duas conferências espaçadas por, pelo menos, três meses, e esse requisito acabou. Agora basta uma, uma tentativa de reconciliação... Ou, aliás, bastava, porque no projecto em análise isso também acaba!

E se até este ponto é discutível, muito mais discutível é analisarmos o divórcio quando um dos cônjuges o quer e o outro não.

Eu conheço bem o argumentário: que estamos na era do «divórcio sem culpa», que temos que encarar uma nova forma de viver a dois, que tudo o que começa um dia acaba, que é assim em muitos outros países, tal como o Sr. Deputado Alberto Martins frisou, etc. Sei disso e até aceito a boa vontade do projecto de lei em apreço.

Mas, destinando-se o actual divórcio litigioso — que muda agora de nome (também é um fenómeno de «cosmética» legislativa), passando a chamar-se divórcio sem consentimento de um dos cônjuges — a pôr termo, a dissolver um casamento que deixou de poder prosseguir os seus fins, por

exclusiva responsabilidade de um dos cônjuges, como devemos legislar? Facilitando esse objectivo e desprotegendo aquele que em nada contribuiu para esse desfecho? Creio que não.

No meu entender — e no entender da lei, é bom que se recorde; os advogados recordam-no, e o Sr. Deputado Jorge Strecht sabe disso —, o divórcio existe justamente para defender os mais fracos. E nós sabemos (todos sabemos) quem são, normalmente, os mais fracos: são os filhos.

Então, como devemos legislar?

Obrigar à manutenção forçada do casamento? Também creio que não, e por isso não somos contra uma diminuição do período da separação de facto para a obtenção do divórcio.

Então, como devemos legislar? Acabando com o conceito de culpa, propõem os autores do projecto. E porque? Porque entendem que o actual conceito de culpa previsto no Código Civil equivale à condenação de um dos cônjuges num castigo ou numa sanção.

Menos verdade. Totalmente menos verdade!

O conceito de culpa importa, verdadeiramente, para a regularização dos efeitos do divórcio e dos aspectos materiais dele decorrentes, a declaração de culpa importa justamente para não deixar desprotegido aquele que não haja contribuído para a ruptura.

É por isso — e bem — que, hoje, por exemplo, o cônjuge declarado culpado não tem, pura e simplesmente, direito a alimentos. Pois não! E o Sr. Deputado Alberto Martins teve necessidade de tentar explicar o inexplicável...

No projecto de lei do PS, como é que se resolve isto? Não se resolve, simplesmente porque jamais há ou pode haver cônjuge culpado! Ou seja, não obstante se dizer no projecto que cada cônjuge deve prover à sua subsistência depois do divórcio (também acho o mesmo, em termos ideais, é claro!), se dizer que os alimentos — quando houverem de ser pagos — são transitórios (embora renováveis, o que é um fenómeno estranho), não obstante se dizer isso tudo, vamos ser francos:

é possível, de acordo com este projecto, que o responsável e autor de um divórcio obtenha do outro uma pensão de alimentos que, de facto, não devia ser-lhe devida e que, de facto, ele não merece!

Não foi assim há muito tempo que se alteraram as regras e os procedimentos conducentes à obtenção do divórcio.

As leis que regulam a família, as leis que regulam o casamento, as leis que regulam o divórcio devem ser estabilizadas (embora não imutáveis, evidentemente), devem ter um período de maturação e de aplicação, devem ser seguras e, por isso, nós entendemos que o tempo actual em que Portugal e os portugueses vivem, um tempo de grande perturbação social, de fragilização e até de alguma

desorientação da nossa juventude face ao emprego que não existe, à violência que aumenta, à generalizada falta de objectivos, neste tempo concreto — dizia —, o bom senso não recomenda uma tão profunda alteração àquilo que se legislou há meia dúzia de anos.

Sei que me vão dizer que, na vida, tudo passa, tudo acaba, tudo se quebra, de tudo se cansa, de tudo se troca... Mas nós não achamos, sinceramente, que se deva legislar com este espírito nesta matéria.



Sr. Presidente,
Srs. Deputados,

Termino como no início: claro que o casamento não produz efeitos divinos e claro que não é um contrato perpétuo. Mas não é, seguramente, um contrato qualquer. É, para muitos portugueses que nos ouvem, o contrato mais importante das suas vidas.

O Deputado Ricardo Martins pediu esclarecimentos ao Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (Francisco Nunes Correia) no debate sobre a política de ambiente e ordenamento do território

Assembleia da República, 17 de Abril de 2008

...vou colocar-lhe uma questão sobre avaliação de impacte ambiental, mais concretamente sobre a ligação ferroviária de alta velocidade entre Lisboa e Porto, troço Alenquer/Pombal. E passo a ler a acta de 14 de Novembro de 2007 da reunião da Comissão de Avaliação.

«A discussão iniciou-se pelo parecer da CCDRC, que emitiu parecer desfavorável, tendo os representantes da mesma esclarecido que o parecer enviado se encontrava homologado pela Direcção da CCDR».

Mais à frente, pode ler-se: «... todas as alternativas têm impactes negativos muito significativos com impactes residuais graves...». E ainda: «Os representantes da CCDRC referiram ainda que em todos os traçados há situações altamente comprometedoras, não lhes sendo possível optar por nenhum».

No decorrer da reunião, estes mesmos representantes da CCDR/Centro, que se tinham ausentado na sequência de um telefonema da Direcção, comunicaram que se encontravam destituídos enquanto representantes naquela Comissão de Avaliação.

— Na reunião do dia 19 de Novembro, os novos representantes da CCDR/Centro apresentaram uma adenda ao parecer emitido pela entidade. Com isto, tornou-se possível emitir uma declaração de impacte ambiental favorável!

— Sr. Ministro, esta situação configura um comportamento inaceitável da tutela, que tentou condicionar — e conseguiu! — um parecer de uma comissão de avaliação.

— O Sr. Ministro, não satisfeito com o facto de andar a desvalorizar sistematicamente as avaliações de impacte ambiental — como fez, nomeadamente, no caso da co-incineração, em que a dispensou e agora chegou ao cúmulo de, quando os resultados da comissão de avaliação não são do seu gosto, mandar demitir os técnicos!

É inacreditável a forma como o Governo e o Sr. Ministro actuaram neste caso particular!

Este episódio também é bem ilustrativo de duas outras questões: em primeiro lugar, que os processos de impacte ambiental que o Sr. Ministro ordena são de mero «faz-de-conta», servem unicamente para ratificar decisões de outros ministérios e, em segundo lugar, evidencia que a razão de fundo pela qual o Governo alterou o modo de escolha dos dirigentes das CCDR se prendeu, única e exclusivamente, com o facto de assim poder pôr e dispor desses dirigentes a seu bel-prazer, condicionando-os nas decisões.

Sr. Ministro, estou certo de que vai aproveitar este momento para se retractar e esclarecer esta situação, que é, no mínimo, rocambolesca, mas bem ilustrativa da forma como o Sr. Ministro cuida — ou, melhor dizendo, não cuida — do ambiente e do ordenamento que tutela.



Intervenção no debate sobre as Alterações ao Regime Jurídico do Divórcio

Deputado Pedro Santana Lopes

Assembleia da República, 16 de Abril de 2008

Sr. Presidente,
Sr.ªs e Srs. Deputados,
Srs. Membros do Governo

Em relação ao debate aqui realizado sobre esta iniciativa legislativa do PS, o meu companheiro António Montalvão Machado disse já o que entendemos. Não negamos o mérito, a boa vontade, a boa-fé, o bom propósito da iniciativa, mesmo o mérito de algumas das soluções legislativas — ele citou as que respeitam ao exercício dos poderes parentais, em que, na prática, esta iniciativa surge a concretizar aquilo que é aplicado, em grande medida, já hoje pelos tribunais portugueses. Sabemos também da tendência contemporânea em vários países do continente em que nos inserimos, sabemos de todas essas razões.

Srs. Deputados do PS, a propósito de quem anda a reboque de quem, no dia da apresentação, do debate e da votação dos projectos de lei do Bloco de Esquerda sobre esta matéria, o Presidente do nosso partido, o Dr. Luís Filipe Menezes, disse logo que a orientação do partido face ao projecto anunciado pelo PS seria a de, em princípio, votar contra. E votar contra pelas razões aqui referidas também, não as anunciamos hoje.

Esta iniciativa, como várias outras, nomeadamente nesta sessão legislativa, vem num sentido só: tornar mais expedito, mais fácil, mais célere a possibilidade de dissolução dos vínculos, neste caso do matrimónio. Faltam as outras iniciativas, no sentido de apoiar a manutenção, a subsistência, a continuidade, com estabilidade, desse mesmo regime.

Foi por isso que nos preocupámos hoje em apresentar um conjunto de iniciativas legislativas, algumas já anteriormente apresentadas e rejeitadas, desde a lei de bases da família até matéria em sede fiscal que procura compensar as famílias pelos gastos com a educação dos seus, pelo arrendamento da morada comum de família, pelas despesas com as pessoas de mais idade ou com as pessoas com limitações físicas que estejam a cargo dos agregados familiares.

Parece-nos essencial, numa altura do mundo, e também do nosso País, em que muito aponta, caminha, para diluir princípios e valores importantes, que se dê também um sinal, que é um



contributo para um caldo de cultura, de que nos importamos com a manutenção do que é estrutural na organização das sociedades.

E não vi aqui ninguém rejeitar essa ideia, nenhum dos que intervieram. Uns têm uma visão sobre como começar e como terminar, outros teremos outra visão.

No seio do nosso grupo parlamentar, e com isso nos sentimos enriquecidos, há visões diferentes sobre esta matéria. E, como é de nossa tradição, e mesmo sem nenhum dos meus companheiros o ter requerido, anunciamos logo que haveria liberdade de voto nesta matéria para lá da orientação fixada pelo partido.

Sentimo-nos, como disse, orgulhosos dessa tradição.

Quero sublinhar que o fazemos em coerência com aquilo que temos dito sobre este conjunto de iniciativas. Faz falta ao nosso País também que as pessoas sintam que o Parlamento decide e legisla sem dúvida no sentido de ir de encontro aos problemas que têm, mas também no sentido de ir de encontro a que se conserve algo do que é mais importante nas suas vidas, quando nasceram, enquanto vivem e

também depois de deixarem de viver. Porque, quer se queira quer não, e sabendo nós que só uma pequena percentagem recorre ao divórcio litigioso em Portugal, pela análise que fazemos do diploma chegamos à conclusão que muito desse carácter litigioso é empurrado para cima da discussão das questões financeiras e patrimoniais. São as que ficam pior resolvidas em função do afastamento do conceito de culpa.

Respeitando nós o trabalho desenvolvido, como é dito no preâmbulo, pelos docentes universitários que contribuíram para este projecto, um dos quais tenho o gosto de conhecer, nomeadamente da Figueira da Foz, não posso deixar de considerar que, sendo um trabalho profundo e sério, é um trabalho que vai pela via mais fácil e que não pesa suficientemente os inconvenientes de, numa altura de divórcio, os dois cônjuges, já com filhos muitas vezes, irem discutir, um com o outro, quem deve o quê ao outro cônjuge em função dos gastos realizados em comum durante a subsistência do vínculo que até então durou.

Por isso mesmo afirmamos esta posição, dizendo que não desligamos

esta iniciativa e o seu conteúdo do contexto histórico em que aparece: na mesma sessão legislativa em que foi aprovada, finalmente, a proposta de um determinado sector político, e na qual pessoas de outros sectores políticos se revêem, sobre a interrupção voluntária da gravidez e os projectos de lei apresentados pelo Bloco de Esquerda. E temos, agora, este projecto do PS.

Preferimos, nesta altura e nesta sede, apresentar projectos de apoio à família, sabendo que Portugal é um País onde são reconhecidos os direitos da união de facto, que também constituem famílias. Como é dito no preâmbulo do diploma, e bem, não é só a família que faz o casamento, o casamento também constitui a família. Nós assumimos e aceitamos essa visão. E por aceitarmos essa visão é que nos sentimos livres para poder votar contra a iniciativa em si e no seu contexto histórico, porque, como disse António Montalvão Machado, estamos aqui a legislar e, portanto, a decidir politicamente, indo a reboque das nossas convicções, dos nossos princípios e dos nossos valores, que incluem a liberdade de voto para o grupo parlamentar.

Ouvi os esclarecimentos do Grupo Parlamentar do PS em relação à iniciativa do Bloco de Esquerda e quero acreditar que assim é, que este projecto de lei estava há muito tempo a ser preparado e que, portanto, não vem na sequência das iniciativas de ninguém.

Quero dizer também aqui hoje que, apesar das declarações de ontem do Sr. Deputado Paulo Portas, não andamos, de facto, a reboque de ninguém, não propusemos coligações a ninguém, não propusemos dar boleia a ninguém nem ninguém nos viu com o polegar estendido. Aliás, não caberíamos noutras viaturas; seriam precisas muitas para nos darem boleia ou para fazerem coligação connosco. Não podemos deixar de o dizer.

E, por isso mesmo, vamos por nós próprios, de cabeça erguida e orgulhosos dos nossos princípios, dos nossos valores e da nossa responsabilidade para com os nossos eleitores e para com o País, o que inclui definirmos uma posição respeitando a liberdade de convicção de cada um e de todos, e também, naturalmente, de todos os outros grupos parlamentares.

Intervenção sobre o Estatuto dos Militares das Forças Armadas

Deputado Henrique Rocha de Freitas

Assembleia da República, 16 de Abril de 2008

Sr. Presidente,
Srs. Membros do Governo,
Sr.^{as} e Srs. Deputados

Todo o processo legislativo tem uma história. Mas esta é uma história que merece ser contada.

Remonta a 1990 a alteração do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, o tão conhecido EMFAR, que foi alterado em 1999, em 2000 e, agora, em 2008. Pelo meio, houve despachos do Ministro da Defesa, em 2000, houve pareceres pedidos por secretários de Estado ao Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, houve pareceres do auditor junto do Ministério da Defesa Nacional. Porquê? Porque, de facto, o Partido Socialista que estava no Governo nunca se conseguiu entender com o Partido Socialista que estava na Assembleia e é este o «pecado capital» deste longo processo legislativo.

Vejam os quantos andamos, o que é difícil: o EMFAR determinava uma alteração sobre a passagem compulsiva à reforma, passando dos 70 para os 65 anos, o que significava que havia militares das Forças Armadas que veriam diminuídas as suas pensões pelo facto de, durante um conjunto de anos, não poderem auferir o vencimento da reserva mas, sim, a nova pensão de reforma. Portanto, houve um mecanismo, que se chamava complemento de pensão, que evitava estabelecer esse prejuízo remuneratório.

Tudo corria bem até que, em 1999, durante o governo de maioria socialista, se entendeu que se devia alargar a pensão não apenas aos militares do período de transição mas a todos os militares que tivessem ingressado nas Forças Armadas antes de 1 de Janeiro de 1990. Mais: estabelecia-se que esse complemento de pensão seria atribuído quando houvesse um diferencial entre a reforma líquida e o vencimento de reserva líquido, descontando a Caixa Nacional de Aposentações.

Tudo parecia estar bem quando houve um pedido de apreciação parlamentar e o EMFAR de 1999 desceu à Assembleia da República. Os Deputados, imbuídos de boa fé, com informações que lhes chegaram do Governo, entenderam não só manter o alargamento a todos os oficiais que ingressaram nas Forças Armadas antes de 1 de Janeiro de 1990 como atribuir o complemento de pensão ao diferencial existente entre a pensão de reforma líquida e o vencimento de reserva líquido.

Ora, isto significava tão-somente que, ao arrepio do que estava estipulado no artigo 53.º do Estatuto da Aposentação, havia a grande probabilidade de os militares na reforma auferirem um vencimento superior aos que estavam na reserva. Isto conduziu a que nós, PSD e CDS-PP, quando chegámos ao governo, tivéssemos pedido um parecer e a situação a que chegámos era a seguinte: a lei aprovada na Assembleia determinava este complemento de pensão. Mas, curiosamente, a lei tem a data de 23 de Agosto e, a 28 de Agosto, ou seja, cinco dias depois de a lei ter sido publicada em *Diário da República*, o Ministro Castro Caldas determinou, por despacho, que os pagamentos de pensões decorrentes da aplicação do regime instituído pela Lei n.º 25/2000 só podiam ser efectivados após autorização expressa do Ministro da Defesa, a proferir em documento enviado pelo Chefe de Estado-Maior do ramo. Ora, nunca houve documento do Chefe de Estado-Maior do ramo e nunca houve despacho nem autorização do Ministro.

A confusão era total. A Procuradoria-Geral da República — convenhamos — não ajudou muito, porque disse que o despacho, sendo ilegal, era insusceptível de recurso. Também disse que aquilo que os Deputados aprovaram era legal mas era injusto e, portanto, a embrulhada era total.

O Governo do PSD e do CDS-PP, pelas razões que sabemos...

Se o Parlamento não tivesse sido dissolvido nas circunstâncias em que foi não teríamos chegado a 2008 com esta situação!

É que tivemos de esperar pelo parecer da Procuradoria-Geral da República, mas quando o Sr. Secretário de Estado chegou ao Governo já lá tinha o parecer que eu próprio tinha pedido, por isso esse aparte foi perfeitamente injustificável.

A situação actual é esta: há uma proposta de lei do Governo sobre esta matéria que entendemos que resolve a situação. Há, obviamente, situações de facto, situações jurídicas consolidadas que o Estado terá de honrar — sei, inclusivamente, que há recursos em tribunal sobre esta matéria —, mas o PSD não pode, de maneira alguma, votar favoravelmente esta proposta de lei porquanto não foi o PSD que motivou esta situação. No entanto, não votaremos contra,



porque entendemos que não há injustiça. Injustiça seria o complemento de pensão ser atribuído para beneficiar o reformado e não para evitar que ele saísse prejudicado.

No meio de tanto projecto de lei, proposta de lei, parecer e apreciação parlamentar, houve situações jurídicas que não foram consolidadas e houve um conjunto de militares das Forças Armadas que, por força da sucessão de diplomas, não viram a sua passagem à reforma salvaguardada à luz do EMFAR de 1990, porque há uma outra lei de 1992, que ainda não referi, que determina a racionalização dos efectivos militares e, ao fazê-lo, altera a idade da passagem à reforma, o que vem colidir com o EMFAR.

Ora, o projecto do PSD aqui em discussão permite salvaguardar estas situações e permite que o militar opte entre a situação à luz do EMFAR ou à luz da lei de 1992.

Sr. Presidente,
Srs. Membros do Governo,
Srs. Deputados,

Esperamos ter chegado ao fim de um imbróglgio jurídico e legislativo, que surge apenas, como eu disse, porque o Partido Socialista no governo não se conseguiu entender com o Partido Socialista na Assembleia, e o resultado a que se chegou foi este: oito anos depois estamos a resolver o problema.

Prémio Nacional de Tradução de Itália foi para Vasco Graça Moura em 2007

Acolhendo os designios da União Europeia, dos estudiosos, dos tradutores e caminhando na esteira das experiências já em marcha noutros países, o Ministério para os Bens e Actividade culturais, através da Direcção Geral para os Bens Literários, Institutos Culturais e para o Direito de Autor, lançou uma série de iniciativas dirigidas à potenciação e difusão dos estudos sobre a teoria e a prática da tradução e à promoção de várias iniciativas, tais como encontros e convénios.

Neste âmbito, assume uma especial significado a instituição dos “Prémios Nacionais de Tradução” (Decreto de 4 de Fevereiro de 1988), os quais são atribuídos anualmente com base nas propostas de uma Comissão composta por especialistas, presidida pelo Ministro para os Bens e Actividade Culturais ou, por sua delegação, pelo Secretário de Estado.

Tendo consciência da finalidade dos prémios, dado que, como já acontece noutros países, eles representam o reconhecimento maior do Estado para com todos aqueles que se empenham numa actividade que se apresenta como passo/trâmite insubstituível no diálogo entre culturas diferentes, os Prémios foram postos o alto patrocínio do Presidente da República.

Os Prémios são atribuídos anualmente por uma Comissão especial, presidida pelo Ministro e composta por peritos do sector, chamada a emitir parecer sobre as designações para os mesmos, a tradutores e editores estrangeiros que tenham dado contributos importantes e significativos à distribuição e valorização da investigação científica e da cultura italiana no estrangeiro, e ainda a tradutores e editores italianos que, pela elevada prestação profissional, tenham ajudado à difusão de obras estrangeiras de inquestionável valor na Itália seja pela singularidade do conteúdo cultural, seja pela originalidade dos contributos científicos e metodológicos, ou ainda pelo indiscutível valor da criação literária.

Os Prémios Nacionais de Tradução são articulados da seguinte forma:

1. Um tradutor para italiano de uma ou mais obras de língua estrangeira;
2. Um tradutor em língua estrangeira de uma ou mais obras em italiano;
3. Um editor italiano para obras traduzidas de uma língua estrangeira;

4. Um editor estrangeiro de obras italianas.

A cerimónia de entrega dos Prémios decorre no Palácio do Quirinal, na presença do Chefe de Estado.

Nos vinte anos de vida do Prémio, as distinções maiores foram atribuídas a personalidades de grande relevo internacional, dos norte-americanos William Weaver e Allen Mandelbaum, ao turco Necdet Adabag, ao chinês Lu Tongliu, ao iraniano Kadhim Jihad Hassan, ao indiano R.S.Ahluwalia, ao japonês Tomotada Iwakura, ao russo Evghenij Solonovich, ao francês Jean Paul Manganaro, etc., etc.

Em 2007, sob proposta da prof. Giulia Lanciani, membro do júri, o Prémio foi conferido por unanimidade a Vasco Graça Moura pelos seguintes motivos:

Melhor Tradutor Estrangeiro em 2007

Vasco Graça Moura é uma das figuras mais insignes da cultura portuguesa contemporânea: refinado poeta, romancista, dramaturgo, ensaísta, crítico literário, tradutor, colabora em programas televisivos e radiofónicos e em jornais como crítico e analista político. Foi distinguido com diversas honras, tanto em Portugal como no estrangeiro e recebeu, nacional e internacionalmente, os mais prestigiados prémios literários.

Perfeito conhecedor de várias línguas (sobretudo espanhol, francês, italiano, inglês e alemão), traduziu, entre outros, Villon, Rilke, Shakespeare, Seamus Heaney, Lorca, Dante, Petrarca. Pela sua actividade como tradutor foram-lhe atribuídos vários prémios, entre os quais o prémio de tradução Calouste Gulbenkian pela Academia das Ciências de Lisboa.

Pela tradução de obras italianas (Dante: *Divina Commedia*, *Vita Nova*; Petrarca: *Rime*, *Trionfi*) recebeu:

– “Prémio Pessoa”, em 1995, pela tradução da *Divina Commedia* e da *Vita Nova*;

– “Grande Prémio de Tradução do PEN Club”, 1996, pela versão da *Vita Nova*;

– sob proposta da *Società Dantesca Italiana*, em 1998, foi investido com a “Medalha de ouro da Cidade de Florença”;

– Prémio Internacional “La Cultura del Mare” (San Felice Circeo, 2002)

– Prémio Internacional “Diego Valeri”, Monselice 2004 (trad. *Rime* de

Petrarca)

– Prémio de tradução “Paulo Quintela”, da Faculdade de Letras de Coimbra, atribuído à sua tradução de *Rime* de Petrarca, 2006;

Tendo em consideração uma tão rica e vasta actividade como tradutor, que contribuiu de forma especial para a divulgação, em Portugal e nos países lusófonos, das mais marcantes obras da literatura italiana, em versões de alta qualidade estética e de escrupuloso respeito pelos originais, o júri decide conferir unanimemente a Vasco Graça Moura o Prémio Nacional 2007. – **Do nosso correspondente**



Carlos Coelho defende medidas claras na protecção de dados no âmbito da luta contra o terrorismo

A Sessão Plenária do Parlamento Europeu a decorrer esta semana em Estrasburgo, aprovou um relatório sobre o “Aprofundamento da cooperação transfronteiras, em particular no domínio da luta contra o terrorismo e da criminalidade transfronteiras”. O Deputado europeu do PSD Carlos Coelho participou no debate que antecedeu a votação e exigiu mais garantias para o respeito pela confidencialidade dos dados pessoais.

O Tratado de Prüm foi assinado em 2005, por 7 Estados-Membros, uma iniciativa que visava transpor elementos essenciais desse Tratado (relativos ao III Pilar) para o quadro jurídico da União já tem o acordo político no Conselho mas ainda não foi adoptada.

A iniciativa em debate é uma segunda decisão que estabelece regras administrativas e técnicas necessárias à implementação da primeira iniciativa, nomeadamente no que diz respeito ao intercâmbio de dados DNA, dados dactiloscópicos e dados relativos ao registo de veículos.

Carlos Coelho afirmou que “as iniciativas contra o terrorismo e a criminalidade transfronteiriça têm vindo a suceder-se com vista a reforçar a segurança e a vigilância mas lamento que as iniciativas visando uma maior protecção dos Direitos fundamentais não tenham tido a mesma sorte.”

Segundo o Deputado do PSD “continua a não existir um conjunto uniforme de garantias processuais ao nível da União e continua a não existir um instrumento jurídico adequado no que diz respeito à protecção de dados, no âmbito do 3º pilar.”

Para Carlos Coelho, “esta situação é inaceitável, especialmente se tivermos em conta que a grande maioria das medidas contra o terrorismo e de cooperação policial têm vindo a ser tomadas com base na recolha e troca de dados pessoais. Esta iniciativa é mais um exemplo disso e é tanto mais grave se pensarmos que estamos a falar da recolha, armazenamento e partilha de dados de ADN, impressões digitais etc.”

As normas relativas à protecção de dados que são estabelecidas no capítulo 6 da iniciativa de Prüm e que asseguram garantias mais específicas (tendo em conta o tipo de dados), não são por si só autónomas, e para funcionarem correctamente necessitam de um quadro completo e geral que só poderá ser assegurado de uma forma eficaz através da Decisão-quadro relativa à protecção de dados no 3º pilar.

A terminar Carlos Coelho referiu que viu com “enorme satisfação a aprovação da iniciativa em que aspectos essenciais da cooperação no âmbito de Prüm seriam transpostos para o quadro da União” lembrando que “não podemos deixar o trabalho pela metade! É igualmente essencial assegurar a existência de um quadro jurídico claro, eficaz e geral no tocante à protecção de dados

A opinião de Alberto João Jardim

Discurso proferido na segunda-feira na inauguração duma nova Escola

Esta nova Escola Básica do Primeiro Ciclo, com Pré—Escolar, da Ribeira Brava, segue a política dos meus Governos de Qualidade de Ensino, de igualdade de oportunidades para todos e de preparar as Pessoas para terem sucesso na vida.

Vai permitir frequência a tempo inteiro e o alargamento da oferta pré-escolar. Tem um Centro de Actividades Ocupacionais, um Centro de Apoio Psico-Pedagógico, um Conservatório para ensino da Música e as instalações da Delegação Escolar.

Possui um campo polidesportivo exterior, amplas zonas de recreio, de jardins e de estacionamento.

Por este investimento de cerca de cinco milhões de euros (um milhão de contos), felicito o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, que tanto se bateu pela sua concretização.

Felicito o Senhor Secretário Regional do Equipamento Social e a sua equipa, responsáveis pela edificação desta magnífica Obra.

Felicito o Senhor Secretário Regional de Educação e Cultura e a sua equipa, a quem se deve a orientação de se ter optado por este investimento.

A política de Educação não se faz contra os Professores. E, felizmente, a Região Autónoma da Madeira não tem tantos problemas como o restante território nacional, pois temos a ventura, e sobretudo o orgulho, da Qualidade dos Senhores Professores que trabalham neste território.

A política de Educação carece, sim, de importantes reformas de fundo — novos Programas; mais exigência no Conhecimento e sua avaliação; reconhecimento do Mérito; pedagogia do Trabalho; hábitos de Disciplina Democrática; e culto dos Valores nacionais. É por aqui que qualquer Governo da República tem de actuar, em vez de agravar a mediocridade e a massificação, disfarçando com um ataque inadmissível contra os Professores.

Infelizmente, aspectos ainda colonialistas da Constituição de 1976, vêm impedindo a Região Autónoma da Madeira de instituir legislativamente um Sistema de Educação Regional ainda melhor. Trata-se de nos ter amarrados a uma situação dolosa e ideologicamente instalada pela “esquerda” portuguesa.

E, o curioso, é que tal gente que nos considera um fardo para eles, são os



primeiros a espezinhar o Povo Madeirense, impondo-nos o que não queremos e até violando compromissos de Estado e eleitorais, para nos impor um garrote financeiro injusto, que se traduz na vergonhosa instrumentalização partidária do Estado Português.

A honra da presença do Presidente da República

Teve a Madeira a honra da presença, durante uma semana, do Senhor Presidente da República, personalidade que é a nossa referência de Estado.

O Governo Regional seguirá a orientação e esforços do Senhor Presidente da República, no sentido de nos procurarmos concertar democraticamente com o Governo da República e de resolver civilizadamente os graves problemas que pendem.

Mas é preciso que as coisas efectivamente se resolvam, que não fiquemos só pelas poses do “politicamente correcto”, nem se tenha a atitude sadia e louvável dos Membros do Governo da República quando na Região, enquanto simultaneamente, lá fora, somos agredidos politicamente.

Pode o Governo da República contar com a nossa disponibilidade de contribuir para o Bem Comum dos Portugueses e, ao mesmo tempo, com o nosso empenho de defender os Direitos legítimos do Povo Madeirense.

«Voltaram à mentira orquestrada de os Portugueses da Madeira se desenvolverem à custa dos Portugueses de Lisboa...»

A “esquerda”, que anti-democraticamente domina quase toda a Comunicação Social, estando em causa o pluralismo democrático em Portugal, aproveitou a presença do Senhor Presidente da República na Madeira, para as habituais campanhas mentirosas, como o tenta fazer há mais de trinta anos.

Por cá, não pega. E, no Continente, vai pegando cada vez menos.

A intolerância dessa gente, no seu subconsciente totalitário, não suporta as posições madeirenses de oposição ao próprio Sistema político-constitucional vigente, não lhes fazendo o jogo de ser apenas oposição de carácter partidário, como actualmente o fazem, em Lisboa, os Partidos do Centro e da Direita.

Voltaram à mentira orquestrada de os Portugueses da Madeira se desenvolverem à custa dos Portugueses de Lisboa.

Uma posição minha face ao comportamento parlamentar de alguns Deputados, que reafirmo, foi desonestamente difundida como se eu tivesse posto em causa o Parlamento da Região Autónoma da Madeira, Instituição que, ao longo de todo este percurso autonomista, ninguém defendeu e procurou prestigiar mais do que eu.

O que a “esquerda” pretende, é que tem o direito de achincalhar todos os que não são da sua área, como o faz em Lisboa, mas que os ofendidos não tenham o Direito de ripostar.

Assim não será na Madeira. Mas esta “esquerda” é tão inábil que, em Lisboa, ao repetir tantas vezes a sua “indignação” virginal, o que conseguiu, dias seguidos, foi pôr todo o País a conhecer o que de facto são a “esquerda” e a sua aliada extrema-direita locais.

Até serviu para no semanário mais oficioso do Sistema vigente, edição de sábado último, ficarmos a saber, através da confissão de um dos seus dirigentes de então, que numa reunião da direcção do partido socialista local,

se discutiu a hipótese de um atentado bombista contra a minha residência familiar e a de outro Dirigente social-democrata. Invocando uma retaliação, a pretexto de actos de organizações com as quais nunca tive algo a ver.

Comportamento esse, em 1977 já com a normalidade constitucional, de autêntico banditismo. E, depois, sou caluniado agora pela direcção socialista local, imputando-me actos do passado que, afinal, eram confessadamente discutidos e postos à votação, segundo o então dirigente socialista, em reuniões dessa cúpula partidária.

Vejam as teias que estão montadas neste País!

«...não posso, responsabilmente, deixar de expressar a minha preocupação com a situação nacional do Partido»

No actual panorama de uma certa indigência político-cultural, imposta de Lisboa ao País, não posso, responsabilmente, deixar de expressar a minha preocupação com a situação nacional do Partido que tem o mandato democrático de governar esta Região Autónoma, bem como todos os seus Municípios.

O futuro do Povo Madeirense passa necessariamente por alterações governativas na capital, em 2009, pelo que é importante que, a nível nacional,

o Partido Social-Democrata encontre o rumo certo:

A. Até agora andamos a perder tempo com a fidelidade interessada de alguns, ao Sistema político-constitucional. O qual não serve aos Portugueses.

B. Agora, andamos a discutir pessoas, quando o essencial é discutir PROJECTOS.

C. Quando o essencial é o Partido Social-Democrata saber se libertar da indicação, pela comunicação social de “esquerda”, dos candidatos a líderes nacionais que convêm a esta.

D. Quando, neste momento, o Partido Social-Democrata só pode ter um Projecto. Ganhar as eleições de 2009.

E. Para ganhá-las, há que agarrar os temas que hoje mais afligem os Portugueses, mas contando e chamando os que trabalham nestes sectores, e não os hostilizando ou prejudicando.

Agarrar estes oito temas e não perder mais tempo com questões laterais:

1. a Educação
2. a Saúde
3. a Segurança de pessoas e bens
4. o sistema de Justiça
5. a questão dos impostos e a necessidade de mais investimento público sustentável e de mais investimento privado.
6. o combate ao capitalismo selvagem.

7. o Emprego e a defesa dos Direitos de Quem trabalha.

8. a recuperação económica da Classe Média e das Classes mais desfavorecidas.

F. Tudo isto tratado através de um discurso mobilizador e popular, feito para atrair as grandes massas. Optar pelos comícios, em vez de os jantares só de família política.

G. Explicar que, neste momento após trinta e quatro anos do necessário 25 de Abril de 1974, hoje a “esquerda” é o passado, nós somos o futuro. Basta ver o desastre que, desde há sessenta anos, vem sendo a “esquerda” na Europa e, desde há trinta anos, em Portugal.

H. Contra-atacar forte e em público a comunicação social de “esquerda”, para aviso das populações e a obrigar a se centrar contra nós. À Sá Carneiro.

I. Reconstituir a Aliança Democrática, antes que se dê uma balcanização na nossa área do Centro e na área da Direita, com reformulação partidária destes espaços.

J. Ataque político feroz, inteligente e sem o erro da personalização, contra o Primeiro-Ministro, explorando todas as aneiras e faltas de honrar compromissos, expressivamente acumuladas, deixando que seja o Senhor a perder a cabeça, como, por enquanto, habitual e previsível.

L. Disciplina interna – o PSD funcionar como uma Armada, não

tendo receio em marginalizar publicamente os que não ajudem neste Plano de Operações.

Se é inaceitável que, no Partido Social Democrata, haja quem defenda o Sistema por causa dos seus “interesses” pessoais, muito mais ridículo e inaceitável é a ideia derrotista de alguns fazerem as suas contas individuais de se posicionar para o post-2009, quando o PSD, face ao actual descalabro nacional, se encontra ainda em condições de ganhar 2009.

Nesta minha primeira cerimónia pública, após a visita oficial de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, eu tenho a obrigação de dizer ao Povo Madeirense e aos Portugueses em geral, o que penso sobre os últimos acontecimentos.

Faço-o por imperativo de norma da própria Constituição da República.

Faço-o num acto de Governo, porque qualquer que seja a evolução na vida política nacional e partidária, nos próximos meses, só por hipocrisia se negará forçosos reflexos na vida regional e na nossa governação.

Faço-o, porque estou naquela fase da vida em que já não sou candidato a mais o que quer que seja, apenas quero o Bem de Portugal e tempos ainda mais felizes para o Povo Madeirense. -

Discurso proferido pelo Presidente do Governo Regional da Madeira, na inauguração da nova Escola Básica de Primeiro Ciclo da Ribeira Brava em 21 de Abril de 2008

Notícias da Madeira

A visita oficial do Presidente da República termina com o elogio de Alberto João

O Presidente da República, Cavaco Silva, manifestou à chegada ao Funchal, no passado dia 14, “o seu apreço e respeito” pelas autonomias regionais que considerou “casos indiscutíveis de sucesso da nossa democracia”.

O Chefe de Estado dirigiu uma “saudação calorosa” aos madeirenses que vivem no arquipélago e aos que trabalham e vivem em várias partes do Mundo, e saudou também os “órgãos próprios de governo da Região”, nas pessoas do Presidente da Assembleia Legislativa, Miguel Mendonça, do Presidente do Governo regional, Alberto João Jardim, e do Representante da República, Monteiro Diniz.

Numa declaração sem direito a perguntas da comunicação social, o Presidente agradeceu também o facto

de ser acompanhado nesta visita pelo ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, o que considerou ser um sinal de reforço do diálogo entre o Governo da República e o da região.

Entretanto, à saída do Presidente da República do Aeroporto Internacional de Santa Catarina, o Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, Miguel Mendonça, tentou desvalorizar a polémica à volta da inexistência de uma sessão solene no parlamento regional, afirmando que “esse item nunca esteve no programa” da visita.

“Não me queiram fazer dizer coisas que não quero”, afirmou, sublinhando “não lhe parecer que o fundamental (da visita) reside no facto de haver ou não uma sessão solene”.

O presidente da Assembleia



Legislativa da Madeira considerou hoje que Alberto João Jardim não quis

atingir a “honorabilidade e respeito” do parlamento regional.

Em declarações à agência Lusa, o presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, Miguel Mendonça, salientou não ser “responsável pelos deputados, nem ter delegação dos que se sentem ofendidos para defendê-los”.

“Os senhores deputados são maiores e vacinados, querendo podem defender-se a si próprios”, adiantou.

Miguel Mendonça realçou que as afirmações do presidente do governo madeirense foram “dirigidas a pessoas, e que este não quis atingir a honorabilidade e respeito que tem pela Assembleia Legislativa da Madeira como instituição”.

À noite o Presidente da Assembleia Legislativa ofereceu um jantar ao Chefe de Estado que ali proferiu seu primeiro discurso oficial. No jantar, o presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, Miguel Mendonça, defendeu uma “autonomia evolutiva, não conflitual mas de passo acertado com os nossos dias que, não se isentando das suas obrigações, seja respeitada nas suas competências e direito à diferença”.

“Queremos uma autonomia que se possa mover, sem equívocos, num quadro de autonomia financeira sem a qual a autonomia política não passa de mera flor de retórica”.

Miguel Mendonça sustentou que a autonomia deve reforçar a unidade nacional e os laços de solidariedade entre todos os portugueses, dispondo de “instrumentos passíveis de dar resposta às demandas prementes das populações penalizadas pela orografia, dependência económica e distâncias”.

O presidente do parlamento insular começou por dar as boas vindas ao Chefe de Estado, salientando que ele conhece bem a Madeira, porque “apoiou e acompanhou, de perto, quando primeiro-ministro dos X, XI e XII Governos” o progresso desta Região, facto que o tornam “credor do mais profundo respeito” dos madeirenses.

Miguel Mendonça falou da construção do processo autonómico, que passou por um período de “enamorado colectivo” e, depois, “deu lugar a desamores que, pontualmente ainda ocorrem e são consequência de incultura autonómica, ignorância histórica e desprezíveis despeitos”.

“Não nos vitimizamos, nem guardamos rancores porque sabemos que são por vezes invios e morosos os caminhos que levam à compreensão e ao saudável acolhimento das autonomias políticas sempre polémicas e polemizantes, porque são exigentes e persistentes nas suas exigências”, concluiu.

O discurso do Chefe do Estado

O Presidente da República, por seu turno, afirmou que a autonomia da Madeira, naquilo que tem de “essencial e mais profundo”, foi construída todos os dias pelos

madeirenses, conquistada palmo a palmo, com esforço e muito trabalho”.

Num discurso elogioso para a autonomia da Madeira mas em simultâneo de defesa da unidade e integridade territorial do País, Cavaco Silva, salientou que a autonomia “não foi desenhada artificialmente” na letra da Lei Fundamental.

Para o Presidente da República, o “sucesso indiscutível” desta experiência política deve-se, antes de mais, aos portugueses da Região Autónoma da Madeira.

Numa breve e indirecta alusão à polémica local sobre a existência ou não de uma sessão solene na Assembleia Legislativa, afirmou ter aceite o convite do Presidente desta câmara para estar com os deputados, numa “ocasião solene, decerto, mas também uma ocasião de festa e de são convívio”.

Seguidamente, comentou que a Madeira é “uma terra que os estrangeiros buscam” pelas suas belezas naturais mas que, como era evidente, não foi à Madeira como estrangeiro.

“Visito esta Região Autónoma, que sempre admirei, como Presidente da República Portuguesa, garante da unidade do Estado que jurou fazer cumprir um texto constitucional que reconhece as particularidades das regiões insulares”, afirmou.

Cavaco Silva acentuou por diversas vezes a tónica constitucional na sua alocação, sublinhando que estas ilhas são também autónomas, desde logo, porque a natureza assim as fez e não apenas porque a Constituição de 1976 assim o quis.

Depois de considerar que a autonomia da Madeira “não é apenas uma imposição geográfica” mas também uma afirmação da vontade das gentes que aí nasceram e habitam, disse que a autonomia se tornou “uma realidade indiscutível que ninguém contesta, que ninguém pretende pôr em causa”.

“Repito: a autonomia insular é um princípio adquirido que nenhum português questiona”, acentuou.

Cavaco Silva defendeu que, “da parte dos poderes regionais, deve ser cultivada a dignidade que justamente reclamam para si próprios” porque o respeito mútuo é algo que só se firma, naturalmente, com o contributo de ambas as partes.

De seguida, o Chefe de Estado salientou que o Arquipélago “se converteu num caso de sucesso económico e social” e que o seu desenvolvimento além de orgulhar Portugal deve servir de estímulo para Portugal inteiro”.

O Presidente chamou a atenção para o facto de “todos ficarem a perder” com a persistência de conflitos mais ou menos artificiais. Os madeirenses porque “veriam prejudicado o laço de solidariedade que a República lhes deve”, enquanto os poderes centrais “perderiam a oportunidade de escutar os legítimos anseios de uma parcela da população portuguesa, com a qual devem dialogar num ambiente de harmonia e de tranquilidade”.

Noutro passo, comentou que a

existência de tensões é “uma realidade natural e incontornável” na afirmação das autonomias regionais.

Para o Presidente, “estranho seria se não existissem tensões”.

“Seria um sinal de imobilismo das populações insulares, seria um indicio de que os madeirenses se tinham resignado”, acrescentou.

Cavaco Silva concorda que “os órgãos do governo próprio da Região têm de dar expressão a esse espírito das populações que representam” e, por isso, “é natural que também dêem mostras de inconformismo”.

“É legítimo que exijam mais e melhor da parte das autoridades da República”, considerou explicando que entende que, no fundo, “querem mais e melhor para os habitantes da Região”.

“Servir os madeirenses passa também por exigir da República aquilo que a República lhes deve e pode dar”, afirmou.

O Chefe de Estado disse ser sua “profunda convicção” que os madeirenses “não quererão reclamar para si aquilo que não pode ser dado aos outros portugueses”.

“Conheço o patriotismo das gentes desta Região Autónoma e o sentimento profundo e inquebrável que as une a Portugal”, sublinhou, acrescentando que, em nome desse patriotismo, os madeirenses não se escusam a partilhar sacrifícios, quando estes são devidamente explicados e impostos com justiça e sem discriminações injustificadas”.

O Presidente “regozijou-se” com o clima “dinâmico mas sereno, uma atitude inconformista mas tranquila” e sobretudo o “desejo de cooperar com lealdade e dignidade” com todos os órgãos da República em benefício de todos, “porque todos somos portugueses”.

O segundo dia do programa

O Presidente da República dedicou o segundo dia do programa da visita oficial que efectua à Madeira inteiramente ao Funchal, cidade que comemora 500 anos, e concedeu uma longa audiência a Alberto João Jardim.

A capital madeirense, que celebra o Dia da Cidade a 21 de Agosto, antecipou as comemorações para coincidir com a agenda de Cavaco Silva.

“É para nós um grande motivo de orgulho e satisfação poder receber o Senhor Presidente da República nos Paços do Concelho, no ano em celebramos os 500 anos da elevação do Funchal a cidade”, disse Pedro Calado, responsável pelo programa das comemorações.

O também vereador da câmara municipal do Funchal garante que “tudo foi preparado com tempo para que o Funchal viva um grande dia, que ficará certamente marcado, de uma forma diferente, por esta visita oficial”.

O Chefe de Estado começou por descerrar uma placa alusiva à visita ao Funchal no âmbito das comemorações da efeméride e marcou presença na

sessão solene que decorreu no salão nobre da Câmara Municipal.

Assistiu depois ao lançamento de uma emissão nacional de selos e visitou a igreja do Colégio dos Jesuítas, que é considerado um dos mais belos templos portugueses, e passou recentemente por obras de restauro.

O Forte de São Tiago, imóvel onde está instalado o Museu de Arte Contemporânea, uma fortaleza cuja construção começou em 1614 devido à necessidade de defender a baía do Funchal após o saque dos corsários franceses, em 1572, e que passou para o património na Região Autónoma da Madeira (em Julho de 1992) foi o seguinte ponto de paragem de Cavaco Silva no Funchal, local onde assistiu a um almoço oferecido pelo presidente do município, Miguel Albuquerque.

À tarde, na reitoria da Universidade da Madeira, o Presidente da República inaugurou a exposição “Turismo Cultura-Percurso na Cidade do Funchal” que estará patente ao público até 31 de Agosto.

Esta mostra inclui três grandes temas, designadamente o turismo, a cidade e as festividades, explanados em 12 roteiros diferentes que falam sobre o património móvel e imóvel da cidade desde o século XV até ao presente.

Inaugurou ainda outra exposição no Museu de Arte Sacra, composta por “Obras de Referência dos Museus da Madeira”, um conjunto de 77 peças seleccionadas dos núcleos museológicos da região, como a Quinta das Cruzes, Casa-Museu Frederico de Freitas, o de Arte Contemporânea do Funchal, Fotografia Vicentes, o de Arte Sacra, Henrique e Francisco Franco, o “A Cidade do Açúcar”, Instituto do Bordado e Artesanato da Madeira e a Casa Colombo (Porto Santo).

Seguiu depois para o Palácio de São Lourenço, residência oficial do Representante da República na capital madeirense onde manteve uma audiência com o presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim.

Cavaco Silva terminou o dia assistindo a um concerto no Centro de Congressos da Madeira, protagonizado pela Orquestra Clássica da Madeira que apresenta o “Pássaro de Fogo” e actuação conjunta com Kátia Guerreiro.

Na Câmara do Funchal

Na sessão solene na Câmara do Funchal, o Presidente da República, Cavaco Silva, agradeceu hoje a medalha de ouro da cidade do Funchal que a autarquia lhe concedeu e elogiou a “vitalidade da sociedade civil madeirense e a capacidade de realização das autoridades regionais”.

O chefe de Estado considerou o gesto da autarquia, na sessão solene de comemoração dos 500 anos do Funchal, como um acto de boas-vindas e homenagem dirigido também a todos os portugueses.

Depois de exaltar as belezas naturais e a preservação do património

arquitectónico local, Cavaco Silva disse que o Funchal “foi um ponto decisivo para que os portugueses descobrissem o mundo e que agora, é um ponto decisivo para que os estrangeiros descubram Portugal”.

O chefe de Estado disse que basta olharmos para a vitalidade da sociedade civil madeirense, para o espírito de aventura dos seus empresários, para o empenho e a capacidade de realização das autoridades regionais para percebermos que, no fundo, nada existe de enigmático neste destino de cinco séculos.

“O que existe, isso sim, é vontade de vencer, trabalho, orgulho de ser maior, desejo de chegar mais além”, destacou, acrescentando que com estas qualidades, o Funchal soube erguer-se ao longo de quinhentos anos, sem se deixar aprisionar pelo lastro do seu passado, mas sem, tão pouco, o enjeitar”.

Cavaco Silva lembrou que “não existem muitas cidades” que, como o Funchal, se possam orgulhar de cinco séculos de História.

“O Funchal pode orgulhar-se de ter sido a primeira cidade a ser instituída nos vastos domínios dos Descobrimentos”, disse.

Numa longa evocação de momentos da história da cidade e dos personagens que por aqui passaram, o Presidente referiu-se a navegadores como Cristóvão Colombo, Luís de Cadamosto, James Cook, para além de Napoleão Bonaparte, o futuro imperador Maximiliano do México, e a imperatriz Isabel da Áustria, que ficou imortalizada pelo nome de Sissi.

Cavaco Silva afirmou que desde os tempos do seu descobridor João Gonçalves Zarco, o Funchal foi um local de “destino e fixação” de homens e de vontades, dando como exemplo dessa vontade de ir mais longe o voo que levou Sacadura Cabral, Gago Coutinho e Ortins de Bettencourt a fazerem o primeiro raid internacional sobre o Atlântico, que terminou no Funchal e serviu de ensaio ao “voo épico” que, no ano seguinte, os levaria a realizarem a primeira travessia aérea do Atlântico Sul.

O Chefe de Estado extrapolou dizendo que é “essa vontade” que, ao fim de cinco séculos, se continua a encontrar no povo da Madeira.

“A modernização e o desenvolvimento do Funchal são um sinal de que os madeirenses querem sempre ir mais longe, mesmo quando permanecem na sua terra”, declarou, destacando “o progresso” que se encontram em cada paragem desta cidade que “mostra bem a vontade indomável” dos habitantes da Região Autónoma da Madeira.

O último acto oficial da visita o jantar com o Presidente do Governo Regional

O Presidente do Governo Regional da Madeira insistiu hoje que a autonomia política é “incontestavelmente o caminho certo



e justo” para a construção de Portugal no Atlântico que será prosseguido por “mais obstáculos ou bloqueios” que surjam.

Alberto João Jardim, que falava no jantar que ofereceu ao Presidente da República, e que marcou o último acto oficial da visita de seis dias de Cavaco Silva à Madeira, disse que “por mais obstáculos, inverdades, incompreensões, ‘forças de bloqueio’, ou injustiças que ilegítimamente se abatam contra estes portugueses (da Madeira), não deixarão de caminhar no aperfeiçoamento da Autonomia Política constitucional”.

O chefe do Governo Regional da Madeira disse ainda que “por muito que sejam imorais as normas financeiras, os preços impostos nos transportes exteriores, os abusos políticos de poder fora da tutela regional e os desrespeitos do Estatuto Político-Administrativo” a região prosseguirá esse caminho.

Jardim disse estar ciente de que na efectivação dos princípios da subsidiariedade e da unidade diferenciada, assim como na observância das normas que são inatas ao Estado garantir, especialmente através do poder legislativo local, serão encontradas as “soluções mais adequadas” a fim de o Arquipélago, cada vez mais e melhor, realizar Portugal no Atlântico.

“Não será por causa dos portugueses da Madeira que o Estado deixará de alcançar os objectivos que todos desejamos”, garantiu João Jardim.

No seu primeiro discurso na Madeira, o Chefe de Estado tinha afirmado ser “legítimo” que as autoridades regionais exijam mais e melhor das autoridades da República e que “servir os madeirenses passa também por exigir da República aquilo que a República lhes deve e pode dar” mas que tinha a “profunda convicção” que os madeirenses “não quererão reclamar para si aquilo que não pode ser dado aos outros portugueses”.

O líder madeirense elogiou a escolha do actual representante da República na Madeira, Monteiro

Diniz, pelo actual Presidente, do qual destacou as qualidades humanas, culturais, cívicas e jurídicas que traduzem bem a cooperação institucional e o “alavancar do progresso” que Cavaco Silva deseja em todo o território nacional.

O Presidente, falando de improviso, voltou a agradecer a forma calorosa como foi recebido em todos os locais que visitou nas ilhas da Madeira e do Porto Santo.

Sempre falando de improviso, Cavaco Silva, agradeceu a forma como foi recebido na sua visita à Madeira por Alberto João Jardim, a quem teceu rasgados elogios pela obra realizada em 30 anos de autonomia regional.

O chefe de Estado disse que Alberto João Jardim é uma “referência incontornável e impulsionador decisivo da nova face da Madeira”.

“O senhor não precisa de elogios, porque a sua obra de 30 anos fala por si”, sublinhou Cavaco Silva que voltou a “saudar a obra realizada” neste período.

Depois de referir que a dedicação de Jardim à Madeira e aos madeirenses é reconhecida, “até pelos seus adversários políticos”, que não questionam a obra realizada, e que tem encontrado muitos que assim pensam.

Dirigindo-se a João Jardim, disse-lhe novamente que “podia orgulhar-se da obra que realizou ao longo de 30 anos de autonomia regional”.

O Presidente sublinhou que, com estas palavras, não estava a violar nenhum dos seus compromissos, pelo contrário estava a respeitar outro que é o de “falar verdade” aos portugueses.

Em jeito de balanço, o Presidente falou da forma como foi recebido calorosamente nos cinco dias da sua visita e reafirmou que “respondeu positivamente” aos pedidos de audiência das forças políticas da oposição.

Agradeceu ainda ao Presidente da Assembleia Legislativa a oportunidade que lhe concedeu de se dirigir aos parlamentares madeirenses num jantar no Salão Nobre da câmara onde proferiu a sua primeira intervenção política.

Por outro lado, Cavaco Silva disse que a sua visita permitiu que o Governo Regional apresentasse as suas preocupações ao Governo da República.

“Estou convencido que isso foi um sinal de confiança no reforço do diálogo e cooperação entre as autoridades da República e da Região”, afirmou, destacando a presença do ministro da Presidência, Silva Pereira, que o acompanhou na parte inicial e final da sua visita.

Após elogiar os “exemplos positivos” que teve oportunidade de visitar, Cavaco Silva declarou que todos eles são “uma prova inequívoca que a autonomia foi e é a resposta certa” para o desenvolvimento da Madeira.

A concluir a sua alocução, o chefe de estado propôs um brinde a favor do “fortalecimento das relações entre as autoridades da República e regionais.

Conferência de Imprensa final

Numa conferência de imprensa concedida sexta-feira, Cavaco Silva expressou “satisfação” pela forma como decorreu a sua visita à Madeira, sublinhando pensar que contribuiu para diminuir tensões locais e melhorar as relações entre os governos da República e Regional.

“Tenho a convicção, pelo menos foi isso que ouvi de parte a parte, que há uma vontade séria de realizar um diálogo mais profundo, um diálogo frutuoso e benéfico entre os órgãos de governo próprio da Região e os poderes da República”, destacou o Presidente que disse ter vindo à Madeira com “espírito positivo, com espírito construtivo”.

“Ao Presidente da República cabe-lhe garantir a unidade do Estado e também defender fortemente a coesão nacional”, recordou, acrescentando que, desde que tomou posse, se manifestou também “empenhado em melhorar” o diálogo entre si próprio e os órgãos do governo próprio da Região Autónoma da Madeira. – Fontes: Lusa, Gabs. Imprensa GRM e ARM

Conferência do Ciclo “Aveirenses Ilustres”

A Câmara Municipal de Aveiro realizou, na Segunda-feira, 14 de Abril, das 18.30 às 19.30 horas, no Museu da Cidade, a Conferência do Ciclo “Aveirenses Ilustres”.

Lourenço Simões Peixinho foi o homenageado numa sessão que contou com a intervenção de Rosa Maria Oliveira, Mestre em Estudos Portugueses.

Organizado pela Câmara Municipal de Aveiro, o Ciclo de Conferências, que teve início no passado dia 15 de Outubro de 2007, tem por objectivos preservar a identidade e a memória colectiva dos aveirenses; homenagear personalidades que, activamente, deram o seu contributo para o desenvolvimento sociocultural e político-económico da região; e valorizar a historiografia local e formar pedagogicamente públicos no âmbito da realidade museológica municipal.

Lourenço Simões Peixinho: nasceu a 2 de Maio de 1877, na Rua das Barcas (actual Rua José Rabumba), em Aveiro e faleceu a 7 de Março de 1943, na mesma cidade. Homem Empreendedor, Médico, Presidente de Câmara durante um quarto de século e Provedor da Santa Casa da Misericórdia.

Foi benemérito do novo Hospital de Aveiro e enquanto Presidente de Câmara responsável pelo progresso e pela modernidade urbana.

A este ilustre aveirense creditam-se obras assinaláveis, como a concretização da abertura da principal artéria da Cidade, a Avenida Central, actual Avenida Dr. Lourenço Peixinho; a construção do Parque D. Pedro, o prolongamento do então Jardim Público; a construção do estádio Mário Duarte; dos lavadouros públicos de S. Roque; da Colónia Balnear Infantil da

Barra; do mercado Manuel Firmino; a electrificação da cidade a partir de 1921, a criação da Sopa dos Pobres e a remodelação do edifício dos Paços de Concelho, retirando-lhe a cadeia.

A sua gestão deve-se também a construção do cemitério sul, perto da passagem de nível de S. Bernardo; bem como as instalações sanitárias da antiga praça de Luís Cipriano; o projecto da rede de abastecimento de águas; a construção de vários recintos de jogos no Parque; os dois quartéis de Bombeiros (anteriores aos actuais) e a colocação do monumento de evocação aos mortos da primeira grande guerra, no início da Avenida, perto do edifício da actual Assembleia Municipal.

Em sua homenagem e forma de reconhecimento da sua obra foi colocado em frente à estação de caminho de ferro, um busto em bronze, em 4 de Maio de 1952.

Quem é Rosa Maria Oliveira?

Rosa Maria Oliveira - nasceu em Souto, Santa Maria da Feira, em 12 de Agosto de 1959. É Licenciada em Literatura e Cultura Modernas pela Universidade de Aveiro e Mestre em Estudos Portugueses. É professora de Português e de Francês do Ensino Secundário. Tem participado em acções de sensibilização à leitura da poesia nas escolas e desde 2001 que tem dinamizado Oficinas de Escrita e escreve recensões críticas e crónicas no Letras e Letras, Sol XXI, Gazeta do Mundo da Língua Portuguesa, Folhas e Diário de Aveiro. Participa também semanalmente com a rubrica literária Letras & Leituras no programa Hemisfério Norte da Rádio Regional de Aveiro. Foi responsável pela coordenação científica da obra Vasco Branco, Vida Literária, ed. C.M. Aveiro, 1999.

De entre os trabalhos publicados, destaca-se: Magmas e Aquarelas (Poesia), Aveiro 1988 (que lhe valeu o primeiro prémio Júlio Dinis); Verbo Liberto (Poesia), Aveiro, 1989; Da Vida e do Acaso (Poesia), Aveiro, 1990; Em Setembro a Vida (Poesia), Aveiro, 1993; Meu Nome é Poesia (Ensaio), Lisboa, 1995; Sol da Casa (Poesia), Carcavelos, 1998; Poetas da Liberdade (Breve Antologia), Águeda, 1999; O Discurso da Cidade, Leituras da Avenida Lourenço Peixinho, Aveiro, 2001; O voo da enxada (Poesia), Aveiro,



2004; Magna Mater (Poesia), Aveiro, 2008.

Exposição de Fotografia “100 Olhares”

A Exposição de Fotografia “100 Olhares” que vai decorrer até ao fim deste mês, pode ainda ser visitada das 10.00 às 12.30 horas e das 14.30 às 19.00 horas, no Museu da Cidade.

A Exposição “100 Olhares” que foi inaugurada no dia 12, no Museu da Cidade, resulta do Workshop de Introdução à técnica fotográfica que teve lugar nos dias 29 e 30 de Março, no auditório do Museu da Cidade, e que contou com 40 participantes.

Segundo a organização (Projecto Trilhos da Terra) o workshop teve a intenção de proporcionar “um fim-de-semana, um tempo que fosse vivido de maneira diferente, a fazer coisas diferentes com pessoas diferentes. Sentir a fotografia como parte de si, como um momento vivido pelo olhar transformado em arte.”

Os pressupostos da formação foram dar a entender que, a partir da técnica fotográfica, podemos criar a fotografia como arte, por objectivos, com regras e sentimento. Perceber que existem milhentas formas de ver uma imagem e captar um olhar, porque cada um acaba por ter o seu.

A mensagem passou... não foram feitos “os típicos” postais de Aveiro e a criatividade da procura de pormenores diferentes que obrigariam as pessoas a andar de olhos bem abertos para descobrirem esses detalhes escondidos na cidade, foi revelada pelos 100 olhares que vão estar visíveis na exposição a inaugurar no dia 12 de Abril de 2008.

“Caracterização da Distribuição e abundância da População de Pombos”

A Câmara Municipal de Aveiro aprovou o estudo “Caracterização da Distribuição e abundância da População de Pombo (columba livia) na Cidade Aveiro e avaliação preliminar dos impactos negativos na Qualidade de Vida Urbana”.

Este estudo irá incidir na Cidade de Aveiro, em limites a definir com a Câmara Municipal, e serão efectuados recenseamentos a partir do nível do solo, por contagem directa, estratificada. Ainda neste âmbito serão tidas em conta as reclamações e queixas recebidas na Autarquia.

Os pressupostos do estudo prendem-se com a estimativa do tamanho da população com recurso a recenseamentos directos e georeferenciados das concentrações principais; com o estudo da natureza e proveniência das reclamações e queixas endereçadas ao município; com o cruzamento de dados no sentido da definição de zonas e situações problemáticas e na perspectiva de dotar o município de informação de apoio à decisão; e, por fim, com uma abordagem preliminar de casos problemáticos específicos. Sendo que a educação do cidadão de evitar dar comida aos pombos será sempre a principal e mais eficaz medida.

Workshop “As Marcas da Evolução: a Vida, os Hominídeos e os Fósseis. O Contributo dos Fósseis Aveirenses para a Paleontologia”

Terminou com sucesso o Workshop “As Marcas da Evolução: a Vida, os Hominídeos e os Fósseis. O Contributo dos Fósseis Aveirenses para a Paleontologia” que decorreu até ao dia 17 no Museu da Cidade, realizando-se no dia 19 uma visita ao Museu Nacional de História Natural da Serra de Aire.

As inscrições foram mas a organização apenas conferiu o certificado de participação a quem participou no workshop na íntegra. Para a visita, apenas, infelizmente, havia oportunidade para 28 inscrições, que foram seleccionadas pela ordem de chegada.

Com esta formação pretendeu-se dar a conhecer a todos os participantes a entidade e a história geológica da região, bem como valorizar e estimular a investigação e preservação



patrimonial e cultural. Ambicionava-se ainda, contribuir para a afirmação do Museu da Cidade, através da formação de públicos inerente à implementação do seu Plano de Formação no âmbito dos Serviços Educativos.

O programa do workshop foi o seguinte:

“A vida, os hominídeos e os fósseis aveirenses.

O contributo dos fósseis aveirenses para a paleontologia”

I. A importância dos fósseis para o conhecimento da história da Terra

1. O papel da Geologia

2. A importância da estratigrafia para o estudo dos fósseis

3. A idade dos fósseis

4. Onde e como se devem procurar os fósseis

5. Regras para a recolha e organização dos fósseis

6. Onde guardar os fósseis

7. Os moldes

8. A análise polínica

9. O contributo dos dados, da análise polínica, para a história do povoamento florestal, ao longo dos tempos.

Palestrante Prof. Doutor Artur Sá, da Universidade de Trás-os-Montes

II. Hominídeos

1. O homem como Primata

2. África como Berço da Humanidade

3. Os fósseis humanos mais antigos do Mundo

4. O género Australopithecus

5. O género Homo

6. As primeiras indústrias líticas

7. A primeira saída de África

8. A colonização da Europa

9. O Neandertal

10. Origem do Homem moderno

11. A colonização do resto do Mundo

Palestrante Profª. Doutora Eugénia Cunha, da Universidade de Coimbra

III. Os Fósseis Aveirenses

1. Carta 16 A - Carta Geológica de Aveiro: as grandes unidades morfo/estruturais e geológicas

2. A estratigrafia

2.1. Os depósitos paleozóicos

2.2. Os depósitos mesozóicos

2.3. Os depósitos cenozoicos

3. Os fósseis e os minerais como documentos geológicos

4. A evolução morfoclimática da região de Aveiro ao longo do Tempo Geológico.

5. Tipos de fósseis: mineralizados, de substituição, vestígios, de fânula, flora, marinhos, fluviais, terrestres, polínicos, hominídeos, entre outros.

Palestrantes Prof. Doutor Fernando Rocha e Profª. Doutora Cristina Bernardes, da Universidade de Aveiro

IV. A Ocupação Humana

Durante o Holocénico na Região de Aveiro - um Ponto de situação.

1. A evolução geomorfológica da região lagunar

2. A vida na cidade de Aveiro no III milénio a C

3. Registo sedimentar dos romanos

4. A arqueologia subaquática na laguna

5. A estrutura fortificada do Forte da Barra

6. A muralha, o grés de Eírol e a construção das estruturas para a nova barra

7. A produção cerâmica - o seu registo na paisagem (os barreiros, os fornos, a cerâmica)

8. O Açúcar, a cerâmica e as pedras basálticas de Aveiro

9. O sedimento como matéria de construção na ausência de pedra

10. A ausência de registo de certos períodos históricos: inexistência/desconhecimento

Palestrantes Engº Paulo Morgado | Drª Sónia Filipe

REITORIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

11 de Abril - das 18.00 às 20.00 horas

V. Moluscos Marinhos da Ria de Aveiro

Malacologia dos dragados do porto de Aveiro

Introdução

1. Locais de colheita

2. Amostragem

3. Estudo científico

4. Lista das espécies

5. Perfil esquemático do litoral

6. Evolução do litoral da Beira-Mar

7. Conclusões

8. Referências

Palestrante Prof. Doutor Armando Moura

17 de Abril - das 18.00 às 20.00 horas

VI. As Marcas da Vida

1. Tempo geológico: Conceitos e Princípios

2. Rochas Fósseis e Tempo

3. Origem e Interpretação de rochas sedimentares

4. Evolução

5. Tectónica de Placas: Uma Teoria Unificadora

6. Evolução durante o Pré-Câmbrico: o Eon Proterozóico

7. A geologia da Era Paleozóica

8. A vida da Era Paleozóica

9. Geologia da Era Mesozóica

10. A vida da Era Mesozóica

11. A História Geológica do Cenozóico: Período Terciário

12. A História Geológica do Cenozóico: Período Quaternário

13. A vida durante o Cenozóico Palestrante Profª. Doutora Virgínia Martins

VII. Visita ao Museu Nacional de História Natural da Serra de Aire

1. Observação de vestígios, como: covas, pegadas e excrementos de dinossauros.

2. Visita ao jardim jurássico, onde se encontra, reconstituída a flora existente no período jurássico. – **Pelouro da Cultura, CMAveiro**

Notícias de Almada

PSD organiza rastreios de Saúde, um serviço à comunidade almadense

O PSD, numa organização das Mulheres Sociais-Democratas de Almada, com o apoio da Comissão Política Concelhia do Partido, lançou um programa inovador (e gratuito) de Rastreios Básicos de Saúde, que irá realizar durante todos os sábados até ao final de Junho, em todas as freguesias de Almada. O primeiro ocorreu na freguesia de Almada, e permitiu atender e aconselhar muitas dezenas de Almadenses.

Como referiu então Nuno Matias, Presidente do PSD/Almada, “esta é uma forma diferente de fazer política, porque pretende colocar também o Partido a prestar serviços cívicos à comunidade onde está inserido, através de um serviço prestado por técnicos especializados, que voluntariaram para ajudar neste acto de cidadania que é ajudar a melhor a vida dos nossos munícipes”.

“Os partidos não podem andar de 4 em anos a pedir os votos às pessoas, e têm o dever de Ouvir, debater, comunicar, procurar representar, mas também prestar os apoios possíveis à população todos os dias, mostrando que a Política, quando bem feita é uma actividade muito nobre que é uma mais valia para a Sociedade”, referiu Nuno Matias.

Deste modo, o PSD/Almada, através das Mulheres Sociais-Democratas de Almada, lançou este Programa que coloca, gratuitamente, ao dispor de todos os interessados, e que terá o seguinte calendário, até ao final de Junho:

- 12 de Abril- Almada- Praça da Liberdade (10h30m)
- 19 de Abril- Charneca da Caparica- junto ao Mercado (10h30m)
- 26 de Abril- Cacilhas- junto ao Café Repuxo (10h30m)
- 3 de Maio- Costa da Caparica- Largo do Mercado (10h30m)
- 10 de Maio- Caparica- junto ao Mercado (10h30m)
- 17 de Maio- Cova da Piedade- no Jardim (10h30m)
- 24 de Maio- Feijó- junto ao Mercado (10h30m)
- 31 de Maio- Laranjeiro- junto ao Café Oásis (10h30m)
- 7 de Junho- Pragal- na Rua Torcato José Clavine (10h30m)
- 14 de Junho- Sobreda- junto ao Centro Terciário (10h30m)
- 21 de Junho- Trafaria- junto ao Mercado (10h30m)

– CPS/PSD-Almada

PSD recomenda, na AM da capital, a requalificação de dois quarteirões da Baixa

A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Lisboa (AML) apresenta terça-feira uma recomendação à Câmara para que requalifique dois quarteirões da Baixa, uma medida que consideram contribuirá para fixar a população naquela zona da cidade.

Os deputados municipais discutem terça-feira um pacote de medidas, já aprovadas em Câmara, para iniciar a elaboração de um plano de pormenor para a Baixa Pombalina e a suspensão parcial do Plano Director Municipal (PDM) na zona.

A suspensão do PDM teve a oposição da vereadora social-democrata Margarida Saavedra, mas o líder da bancada do PSD na AML, Saldanha Serra, escusou-se a antecipar como os socialistas, em maioria na assembleia, irão votar o conjunto de propostas relativas à Baixa.

Saldanha Serra disse à Lusa que “a posição já está definida” mas só a quer tornar pública “no plenário da Assembleia”.

Na recomendação, os socialistas afirmam, contudo, “que não existe necessidade para a suspensão parcial dos artigos 38.º a 40.º do regulamento do Plano Director Municipal de Lisboa”.

Adiantam igualmente que a proposta aprovada em Câmara “prevê um conjunto de intervenções específicas e casuísticas, que não resultam da acção da CML mas sim de instituições ou organismos



exteriores a ela, sem que sobre elas o executivo tenha qualquer necessidade de se prenunciar”.

Para o PSD, trata-se, assim, de “uma não acção por parte da Câmara Municipal de Lisboa”.

“Qualquer projecto de revitalização daquela zona da cidade deve passar, obrigatoriamente, pela fixação de população residente, factor fundamental para uma dinamização que não resulte de iniciativas pontuais e casuísticas, mas sim de uma visão estratégica”, sustentam.

A bancada do PSD vai também apresentar uma moção manifestando “veemente rejeição e oposição à instalação na cidade de Lisboa de torres de energia eólica”, no âmbito da iniciativa de sensibilização ambiental Wind Parade.

A proposta para a realização do evento foi apresentada em Câmara pelo vereador dos Espaços Verdes, José Sá Fernandes, e retirada depois de ter recebido a oposição da maioria dos vereadores.

O presidente da Câmara, António Costa (PS), sugeriu a retirada da proposta a Sá Fernandes e argumentou poder concretizá-la por despacho, o que não aconteceu até à data.

O impacto sonoro e visual das quinze micro-turbinas de produção de energia eólica a instalar na cidade foram as principais objecções da oposição ao projecto.

Decisões do executivo sobre a zona ribeirinha é um “desrespeito para com o Presidente da República”

O PSD na Assembleia Municipal de Lisboa apresenta terça-feira uma moção repudiando o que considera ser o “desrespeito para com o Presidente da República” da maioria camarária “ao continuar a decidir sobre a zona ribeirinha”.

Os socialistas-democratas repudiam a aprovação do plano estratégico para a frente ribeirinha pela Câmara depois de o Presidente da República, Cavaco Silva, ter devolvido ao Governo o decreto que previa a transferência para as câmaras municipais de terrenos desafectados das administrações portuárias.

“A continuação deste processo antes de aquele diploma estar em condições de ser promulgado constitui um desrespeito evidente da maioria camarária PS/BE pelo Presidente da República e pelas funções presidenciais”, afirma a moção subscrita pelo líder da bancada do PSD na Assembleia Municipal de Lisboa (AML), Saldanha Serra.

Depois da aprovação em Câmara do plano estratégico, na última quarta-feira, o Governo aprovou o mesmo documento em Conselho de Ministros, bem como a criação da sociedade Frente Tejo, que será presidida pelo advogado José Miguel Júdice.

O documento estratégico “Frente Tejo” prevê intervenções urbanísticas

na zona da Baixa Pombalina, na área compreendida entre o Cais do Sodré e Santa Apolónia, bem como no espaço público da zona Ajuda-Belém.

Júdice afirmou recentemente que o facto de o Presidente da República ter devolvido recentemente ao Governo o diploma que prevê a passagem para as câmaras da jurisdição dos terrenos sem uso portuário actualmente sob tutela das administrações dos portos, não terá implicações na reabilitação da frente ribeirinha.

“Não impede nem facilita. É irrelevante para o objecto de que estou encarregado”, sublinhou, explicando que os terrenos sob jurisdição da Administração do Porto de Lisboa (APL) são terrenos do Estado.

A moção do PSD que será discutida na Assembleia Municipal de Lisboa, órgão em que os socialistas-democratas estão em maioria, manifesta ainda “profundo desagrado com o facto de a CML pretender excluir a AML das decisões sobre o futuro da zona ribeirinha de Lisboa”.

O PSD opõe-se ainda à adjudicação à REFER da elaboração do plano de urbanização de Alcântara, por considerar que aquela entidade tem “interesses próprios” na zona.

O PSD vai ainda apresentar uma moção censurando a maioria camarária pelo que afirma ser “o total e completo desrespeito pelas deliberações sucessivas tomadas na Assembleia Municipal em matéria de dispensas de trabalhadores camarários e exigir o seu cumprimento”.

De acordo com a bancada social-democrata, “à revelia do entendimento expresso pelas autoridades nacionais competentes, a Autoridade para as Condições de Trabalho, a Câmara Municipal de Lisboa prepara-se para entregar a área da Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho aos serviços sociais, entidade autónoma no município”.

“Em simultâneo, a CML está a dispensar médicos de medicina do trabalho, sem que explique ou se percebam os critérios adoptados para tais dispensas”, acrescentam.

A moção exige “total esclarecimento” da situação prevista para os serviços de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho e eventuais dispensas de pessoal afecto a esse departamento. – Fonte: Lusa





COVILHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes, para reunirem em sessão ordinária da Assembleia da Secção da Covilhã, no dia 12 de Maio de 2008, segunda-feira, às 21h00, sita na Rua Visconde da Coriscada, 26, 6200-077 Covilhã, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Um - Informações;
- Dois - Análise da situação política

MONDIM DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mondim de Bastos, para reunir no próximo dia 24 de Maio de 2008 (sábado) entre as 15h00 e as 19h00 na Sede do PSD, sita no Largo Conde de Vila Real, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleições da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas terão de ser entregues à Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem a substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto.

OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de Secção de Ovar, para reunir ordinária, a realizar no próximo dia 24 de Maio de 2008, (sexta-feira), em sistema de urna aberta entra as 21h00 e as 23h00, na sede concelhia e seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política Nacional.

Nota: As listas terão de ser entregues à Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem a substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto.

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata (Artº 51º e Artº 66º), convocam-se todos os militantes inscritos na secção de Ponte de Lima, para a Assembleia de Secção a realizar no próximo dia 9 de Maio de 2008, pelas 21h, na sede concelhia, sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, em Ponte de Lima, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Informações;
- 2. Análise da situação política local e nacional

SECÇÃO F

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes desta Secção para se reunirem no dia

8 de Maio de 2008, pelas 21h00, na sede do PSD, sita na Rua da Aliança Operário, nº 66-A, 1300 Lisboa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1. Apreciação e votação das contas do exercício de 2007;
- 2. Informações e análise da situação política.

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacional do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção, para reunir em sessão ordinária a realizar na Sede do PSD - Torres Novas, no próximo dia 31 de Maio de 2008 (sábado) entre as 16h00 e as 20h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.



NÚCLEO DA SENHORA DA HORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Militantes do Núcleo da Senhora da Hora, para reunir no dia 28 de Maio de 2008, na Sede Concelhia da JSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 98, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Núcleo.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 18 horas e as 22 horas.

As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Concelhia da JSD de Matosinhos até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Secção
(Edna Falorca da Costa)

NÚCLEO DO CAMPO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoca-se o Plenário de

Secção do Núcleo da JSD Campo, para uma reunião a realizar no próximo dia 23 de Maio de 2008 (sexta-feira), pelas 21 horas, na Junta de Freguesia do Campo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Viseu, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD;

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 22h30.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção
(Jorge Manuel Pontes Ferreira)

NÚCLEO DE CANEDO

Ao abrigo do art. 102º dos Estatutos Nacionais da JSD convoco o Plenário do Núcleo Residencial de Canedo para uma sessão ordinária, a realizar no dia 16 de Maio de 2008 (sexta-feira), pelas 21h30, na Sede do Núcleo Residencial de Canedo, sita na Rua das Garagens, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações do Calendário Actividades;
- 2 - Análise da Situação Política Local e Nacional;

O Presidente da Mesa de Plenário de Núcleo
(Ricardo Correia Colaço)

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD, convoco a Assembleia de Secção de Loures, para reunir no próximo dia 28 de Maio de 2008, pelas 18h45, na Sede, sita no Parque Residencial do Almirante, Largo Tristão Vaz Teixeira, n.º 5 C, Lote 15, em Santo António dos Cavaleiros,

com a seguinte ordem de trabalhos:
1 - Eleição da Mesa da Assembleia;
2 - Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

As urnas estarão abertas durante 1 (uma) hora;

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do dia 25 de Maio de 2008, na Sede da Secção (acima referida) e cumprir os Estatutos e Regulamentos em vigor.

O Presidente da Mesa da Assembleia
(Amadeu Pais)

CASTELO DE PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais

Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da Juventude Social Democrata de Castelo de Paiva,

para reunir no próximo dia 24 de Maio de 2008, pelas 15h, na Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva, sita na Rua Professor Egas Moniz, Sobrado, Castelo de Paiva, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Secção da JSD de Castelo de Paiva.

NOTA:

1- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Castelo de Paiva, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva, sita na Rua Professor Egas Moniz, Sobrado, Castelo de Paiva, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

2 - As urnas estarão abertas das 15h00m às 16h 30m.

O Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Castelo de Paiva
(Pedro Silva)

ALMEIRIM

Esta convocatória substitui a anterior publicada no PL 2 de Abril de 2008.

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Almeirim, para reunir no dia 25 de Maio de 2008, pelas 15.30 horas na Rua António Sérgio, N.º 8 - 2.º, 2080 Almeirim, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Notas:

1 - As listas devem ser entregues em duplicado, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Rua António Sérgio, N.º 8 - 2.º, 2080 Almeirim ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem ao abrigo dos estatutos o possa substituir, na Sede do PSD de Santarém.

2 - As candidaturas serão apresentadas por listas completas propostas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros e deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos e lista de subscritores.

3 - As urnas estarão abertas das 16.00 às 17.00 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Santarém
(Francisco José da Silva Varela)